



# TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

368

**Desenvolvimento Urbano-Regional (parte 1):  
características recentes da Região de Influência de  
Campinas (RIC)**

**Humberto Miranda  
Leonardo Rodrigues Porto**

Novembro 2019



**ie** Instituto de  
economia

# Desenvolvimento Urbano-Regional (parte 1): características recentes da Região de Influência de Campinas (RIC) <sup>1</sup>

Humberto Miranda <sup>2</sup>  
Leonardo Rodrigues Porto <sup>3</sup>

## Resumo

Este texto para discussão é o primeiro de uma série de seis sobre o Desenvolvimento Urbano-Regional de Campinas no período 2000-2016. O objetivo é obter uma visão de conjunto (integrada) das transformações da economia de Campinas como decorrência tanto da “interiorização” do desenvolvimento paulista, quanto das decisões dos entes municipais que compõem a Região Metropolitana de Campinas (RMC) em sustentar seu dinamismo ao longo dos anos. A rede de cidades intermediárias comandada e bem nucleada por Campinas possibilitou a constituição de um importante *core* econômico regional.

**Palavras-chave:** Região de Influência de Campinas (RIC); Reestruturação econômico-espacial; Desconcentração econômica regional; Hierarquia urbano-regional.

## Resumen

Este texto de discusión es el primero de una serie de seis sobre el desarrollo urbano-regional de Campinas. El objetivo es obtener una visión integrada de las transformaciones que ocurrieron en la economía de Campinas en el período 200-2016. Se considera la continuidad de la "interiorización" del desarrollo de São Paulo y la participación de las entidades municipales que conforman la Región Metropolitana de Campinas (RMC) en el mantenimiento de su reciente dinamismo. Está demostrado que la composición de una red de ciudades intermedias comandadas y bien nucleadas por Campinas hizo posible la constitución de un importante núcleo económico regional en el estado y en el país.

**Palabras-clave:** Región de Influencia de Campinas (RIC); Reestructuración económica y espacial; Desconcentración económica regional; Jerarquía urbano-regional.

## Abstract

This discussion text is the first of a series of six on the urban-regional development of Campinas. The objective is to obtain an integrated vision of the transformations that occurred in the economy of Campinas in the period 200-2016. The continuity of the "internalization" of the development of São Paulo and the participation of the municipal entities that make up the Metropolitan Region of Campinas (RMC) in maintaining its recent dynamism are considered. It is demonstrated that the composition of a network of intermediate cities commanded and well nucleated by Campinas made it possible to establish an important regional economic center in the state and in the country.

**Keywords:** Campinas Influence Region (RIC); Economic and spatial restructuring; Regional Economic Deconcentration; Urban-regional hierarchy.

**Classificação JEL:** J21; R12; R23; R58.

---

(1) Este texto é uma versão reduzida de um dos capítulos do “Relatório sobre problemas e desafios estruturais do desenvolvimento econômico regional”, que subsidiou o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Campinas (PDUI Campinas) entre 20117 e 2018, tendo o Prof. Humberto Miranda (CEDE/IE.Unicamp) como coordenador do Diagnóstico Econômico Regional e o Prof. Titular José Marcos Cunha (Nepo/Unicamp) como Coordenador Geral e do Diagnóstico Sociodemográfico, dentro Convênio Unicamp/Nepo/Agemcamp, processo nº 01-P-12023/2017. Salienta-se que os autores deste artigo são os únicos responsáveis pelas análises e interpretações nele contidas.

(2) Professor do Instituto de Economia, Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (CEDE).

(3) Doutorando em Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia, CEDE.

## 1. Introdução

Este texto é o primeiro de uma série que visa caracterizar as transformações recentes da região de Campinas, dando ênfase a temas como economia urbano-regional, indústria metropolitana, investimento regional, economia rural metropolitana, comércio exterior regional e mercado de trabalho metropolitano. O objetivo principal da série é discutir os efeitos do processo de reestruturação econômico-espacial na Região de Campinas, decorrente da desconcentração da indústria paulista e do avanço da desindustrialização nacional. Nossas reflexões aqui visam propor e ampliar o debate sobre tais efeitos com base num balanço do período 2000-2016.

Neste período, ocorreu uma reestruturação econômico-espacial da Região Metropolitana de Campinas decorrentes dos investimentos promovidos na região<sup>4</sup>, dos processos socioeconômicos vinculados às principais transformações nos padrões de uso e ocupação do solo como fatores particulares, bem como do ciclo de crescimento e recessão da economia brasileira como fatores gerais. Apesar de as tendências históricas em torno da descentralização produtiva paulista terem se mantido, as maiores modificações se deram em torno das características urbano-regionais: reforço à centralidade do município de Campinas e aumento de importância do setor terciário na dinâmica da economia urbana.

O objetivo é obter uma visão de conjunto (integrada) das transformações da economia de Campinas como decorrência tanto da interiorização do desenvolvimento paulista, quanto das decisões dos entes municipais que compõem a RMC em sustentar seu dinamismo ao longo dos anos.

A RM Campinas possui 20 municípios (3,1% do total do estado), ocupa uma área de 3.798 km<sup>2</sup> e conta com uma população de 3.094.181 habitantes (7,2% do total estadual), tendo uma densidade demográfica de 814,73 hab./km<sup>2</sup> e um PIB de R\$ 178,3 bilhões, equivalente a 8,7% do PIB estadual em 2016, segundo o IBGE. Em termos de PIB per capita, com um valor de R\$ 58,3 mil em 2016, a região manteve a melhor participação estadual, como se verifica na Tabela 1.

Tabela 1  
PIB do Brasil, do Estado de São Paulo e das Regiões Metropolitanas Paulistas em 2016  
(Valores correntes em R\$ mil)

Unidade Territorial	Nº de Municípios	PIB 2016			
		Total (R\$ mil)	Estado (%)	Brasil (%)	Per capita (em R\$)
RM São Paulo	39	1.107.867.636	54,4	17,7	53.833
RM Baixada Santista	9	63.951.257	3,1	1,0	36.224
<b>RM Campinas</b>	<b>20</b>	<b>178.316.590</b>	<b>8,7</b>	<b>2,8</b>	<b>58.372</b>
RM VPLN	39	98.115.179	4,8	1,6	40.809
RM Sorocaba	27	80.598.674	4,0	1,3	40.334
RM Ribeirão Preto	34	60.056.300	2,9	1,0	37.268
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>645</b>	<b>2.038.004.931</b>	-	<b>32,5</b>	<b>47.003</b>
<b>Brasil</b>	<b>5.570</b>	<b>6.267.205.000</b>	-	-	<b>30.548</b>

Fonte: IBGE/SEADE. Elaborada pelo CEDE.

Em termos do Valor da Transformação Industrial (VTI) do estado, com base nos dados da PIA (Pesquisa Industrial Anual – IBGE) apresentados no documento Mapa da Indústria Paulista 2003-2016 (2019), a situação que se verifica é de forte recuo no VTI da RM São Paulo, mostrando a continuidade da desconcentração pelo lado da indústria. A RM Campinas mantém uma variação positiva na indústria

(4) Acerca dos investimentos realizados no período ver Miranda e Virga (2019).

de transformação, mas o que explica o desempenho estadual são os demais municípios, que mostram toda a diferença perdida pela RM São Paulo, conforme os dados da Tabela 2.

Tabela 2  
Participação das regiões metropolitanas e demais municípios paulistas no VTI do Estado de São Paulo, período 2003-2016 (Em %)

<b>Regiões Metropolitanas</b>	<b>2003</b>	<b>2016</b>
RM de São Paulo	40,6	30,9
<b>RM de Campinas</b>	<b>15,8</b>	<b>16,1</b>
RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte	11,7	9,9
RM de Sorocaba	4,3	6,2
RM da Baixada Santista	4,6	4,0
RM de Ribeirão Preto	2,5	3,1
<b>Subtotal</b>	<b>79,5</b>	<b>70,2</b>
<b>Demais Municípios</b>	<b>20,5</b>	<b>29,8</b>
<b>ESP – RM SP (desconcentração)</b>	<b>18,8</b>	<b>38,2</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Fundação Seade (2019). Mapa da Indústria Paulista 2003-2016. Elaborada pelo CEDE.

A desconcentração relativa da indústria paulista se destaca pela participação do interior do estado no VTI (ESP – RM São Paulo), que passou de 18,8% para 38,2%, um salto considerável no intervalo de treze anos. A RM Campinas manteve uma participação relevante, passando de 15,8% em 2003 para 16,1% em 2016, acompanhada também pela melhora na participação da RM Sorocaba (de 4,3 para 6,2%) e da RM Ribeirão preto (de 2,5 para 3,1%), respectivamente. Há também o recuo geral das principais RM's do estado, de 79,5 para 70,2%, influenciada pela perda de participação relativa da RM São Paulo.

Para tentar caracterizar e começar a discutir os elementos de reestruturação econômico-espacial da região, este texto, como primeiro número da série, abordará a relação da Região Metropolitana de Campinas (RMC) com as demais cidades de seu entorno, definidas como **Região de Influência de Campinas (RIC)**. Chama-se a atenção, principalmente, para os aspectos envolvidos na constituição de redes urbanas secundárias, dentro do estado de São Paulo, algo que pode estar assegurando uma boa participação no VTI estadual da RM Campinas nesse período.

A análise se estruturará com base nos seguintes parâmetros: a) a caracterização deste conjunto regional de cidades (RMC e área de influência), por alguns de seus principais aspectos demográficos, econômicos e de emprego, a fim de conhecer melhor os mecanismos de sua hierarquia interna; b) a reflexão sobre alguns dos aspectos da hierarquia urbano-regional de Campinas, com base na atualização de alguns dos indicadores de centralidade urbana, utilizados na Regic-2007, mas atentando-se para as heterogeneidades espaciais que caracterizam tanto a sociedade como as cidades brasileiras.

## 2. Características gerais da Região de Influência de Campinas (RIC)

Para a análise, definimos a atual área de influência de Campinas tomando-se como referência o trabalho *Regiões de Influência das Cidades-2007*, ou Regic, de autoria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). A classificação da hierarquia dos centros urbanos e a delimitação de suas respectivas regiões de influência foram construídas a partir de um levantamento específico, complementado por dados secundários e possui abrangência nacional. Todavia, de acordo com o IBGE (2008), sua metodologia e base de dados permite que seja empregado em novos estudos, com diferentes enfoques ou áreas de escalas menores.

No **Quadro 1**, é possível visualizar os níveis de hierarquia definidos pela Regic, tanto para o Brasil, como para o estado de São Paulo e, em especial, para a RIC. No nível mais elevado da hierarquia urbana brasileira, o IBGE distingue doze aglomerações, sendo São Paulo classificada como a Grande Metrôpole Nacional, o Rio de Janeiro e Brasília como Metrôpoles Nacionais e outras nove aglomerações urbanas apenas como Metrôpoles. No nível imediatamente inferior, encontram-se as Capitais Regionais divididas entre os tipos A, B e C, dentre as quais se enquadra Campinas, definida como Capital Regional A.

Os Centros Sub-regionais (A e B) são constituídos por cidades com área de influência reduzida, desempenhando atividades de gestão menos complexa. Já os Centros de Zona (A e B) possuem menor porte, são mais numerosos e desempenham funções restritas às suas áreas imediatas. Por fim, os Centros Locais são cidades que se caracterizam por atenderem exclusivamente aos habitantes do próprio município, com 4.472 municípios situados nesta condição.

Verifica-se, no caso paulista, a ocorrência de aglomerações em diversos pontos do território. Isto porque, do ponto de vista da hierarquia, o estado de São Paulo é no Brasil o que apresenta a mais complexa e diversificada rede urbana do país. Com efeito, o sistema urbano paulista compõe-se de um amplo conjunto de cidades desempenhando funções intermediárias, com distribuição de núcleos urbanos em todos os níveis de hierarquia abaixo do primeiro nível. Ademais, o fato de se registrarem apenas 504 centros urbanos, num total de 645 municípios no estado, decorre da intensidade dos processos de aglomeração urbana, que são muito mais presentes ali, onde há a maior concentração populacional e adensamento econômico em termos nacionais.

Quadro 1  
Níveis de hierarquia dos centros urbanos segundo a Regic-2007

Classificação	Nível de hierarquia	Brasil	Estado de São Paulo	RIC
Metrôpole	Grande Metrôpole Nacional	1	1	-
	Metrôpole Nacional	2	-	-
	Metrôpole	9	-	-
Capital Regional	A	11	1	1
	B	20	2	-
	C	39	9	1
Centro Sub-regional	A	85	10	3
	B	79	9	2
Centro de Zona	A	192	19	3
	B	364	34	4
Centro Local	-	4.472	419	52
<b>Total</b>		<b>5.274</b>	<b>504</b>	<b>66</b>

Fonte: IBGE, Regic-2007, Microdados. Elaborado pelo CEDE.

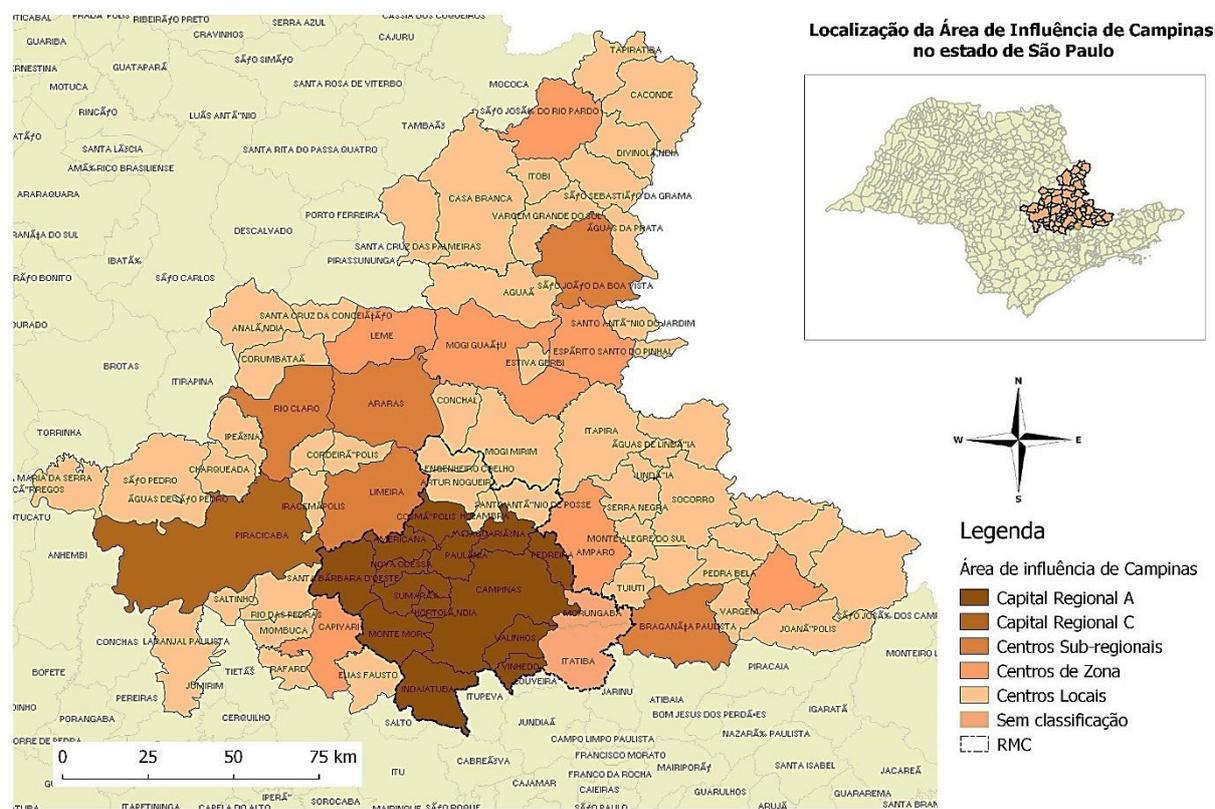
Salienta-se que o processo de formação e estruturação da rede urbana do estado de São Paulo caracterizou-se pela criação e consolidação de núcleos e aglomerações urbanas no interior com funções extraterritoriais, sendo algumas até de âmbito nacional (Cano et al., 2007). Entre os principais núcleos ou aglomerações urbanas do interior de São Paulo, destacam-se os casos de Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Marília, Bauru, dentre outros. Considerando a distância em relação à capital e dado o padrão elevado de renda média de suas populações — sobretudo, quando comparados ao restante do país —, os núcleos desenvolveram pronunciadamente atividades terciárias avançadas e se diversificaram. Fenômeno raro à maioria das regiões brasileiras.

No caso das cidades que estão na área de influência direta de Campinas, identificamos 66 centros urbanos que, juntos, totalizam 81 municípios. O comando desta rede de cidades está na ACP de

Campinas<sup>5</sup> (Capital Regional A), resultante da aglomeração de 14 municípios<sup>6</sup>, todos pertencentes à atual RMC e tendo Campinas como núcleo principal. Em seguida, aparece a cidade de Piracicaba, classificada como Capital Regional C, figurando como o principal núcleo urbano com subordinação mais direta à Campinas.

Figura 1

Região de Influência de Campinas (RIC): classificação dos níveis de hierarquia dos centros urbanos, 2007



Fonte: IBGE, Regic-2007, Microdados. Elaborada pelo CEDE.

Chama-se a atenção que, no caso da RIC, consideramos também a presença de sete municípios pertencentes ao estado de Minas Gerais, que demonstraram ter maiores vinculações com aquela cidade, conforme a metodologia da Regic-2007. Além destes, a rede urbana comandada por Campinas inclui também: Centros Sub-regionais A - Limeira, Rio Claro e São João da Boa Vista; Centros Sub-regionais B - Araras e Bragança Paulista; Centros de Zona - Amparo, Mogi Guaçu, São José do Rio Pardo (no nível A) e Capivari, Espírito Santo do Pinhal e Leme, além de Extrema, no estado de Minas Gerais (no nível B).

A RI Campinas ocupa uma área de 22.419 km<sup>2</sup> (**Figura 1**), com população de aproximadamente 5,3 milhões de pessoas, no ano de 2010, e densidade demográfica de 235,5 hab./km<sup>2</sup>. No último censo, também apresentava grau de urbanização de 94,8%. Já no ano de 2015, o PIB dessa região foi de aproximadamente R\$ 275 bilhões, em moeda corrente, o que gerou um PIB *per capita* estimado em

(5) De acordo com o IBGE, para o caso das grandes aglomerações urbanas, as Áreas de Concentração de População (ACP) foram utilizadas como unidade de observação, definidas como “grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo”. Tais aglomerações foram tratadas como ACPs, formando um único arranjo urbano que reúne vários municípios, identificadas pelo nome do núcleo principal.

(6) Em ordem alfabética: Americana, Campinas, Cosmópolis, Hortolândia, Indaiatuba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d’Oeste, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

R\$ 47,8 mil<sup>7</sup>, bastante superior ao PIB *per capita* do país no mesmo ano (R\$ 29,3 mil). A análise da RI Campinas, conforme a hierarquia dos seus núcleos urbanos, organiza-se da seguinte maneira:

- **Capital Regional A:** estão reunidos 14 municípios que formam a ACP de Campinas, tendo Campinas como núcleo. Em 2010, sua população era de 2,6 milhões de habitantes, com grau de urbanização de 98,4%. De acordo com os dados do PIB municipal, em 2015 apresentava PIB *per capita* de R\$ 57,4 mil, com a atividade industrial contribuindo com 32,8% do valor adicionado daquele ano, e o setor de serviços com 67%. Seu PIB naquele ano foi de aproximadamente R\$ 165 bilhões.

- **Capital Regional C:** o município de Piracicaba aparece neste nível de hierarquia, com população de 365 mil habitantes, no ano de 2010, e 97,9% de grau de urbanização. Apresenta um valor adicionado bruto industrial que correspondia a 34,5% de seu valor adicionado bruto total e PIB *per capita* de R\$ 55,3 mil. Mostra, portanto, indicadores econômicos próximos ao da ACP de Campinas, contudo, com PIB bem menor, em torno de R\$ 21,6 bi, em 2015.

- **Centros Sub-regionais:** em seguida, aparecem cinco centros urbanos, sendo três no primeiro nível e dois no segundo. Juntos, somavam pouco mais de 810 mil habitantes, com grau de urbanização médio de 96,7%. No nível A, a média do PIB *per capita*, em 2015, era de R\$ 38,4 mil, enquanto no nível B chegava a R\$ 33 mil. A soma do PIB destes municípios chegava a R\$ 32 bi, com destaque para o peso da indústria, representando algo em torno de um terço do seu valor adicionado.

- **Centros de Zona:** neste nível, encontram-se sete municípios, totalizando 465.892 habitantes, e com grau de urbanização em torno de 91,7%. No agregado, seu PIB no ano de 2015 foi de R\$ 21,3 bi, levando a níveis de renda *per capita* em torno de R\$ 38,4 mil, no caso dos Centros de Zona A e R\$ 47,2 mil para os Centros de Zona B.

- **Centros locais:** por fim, encontram-se 52 municípios cujos núcleos urbanos enquadram-se nesta classificação, somados a dois (Morungaba e Itatiba) que, embora façam parte da RMC, não figuraram na RIC. Juntos, estes 54 municípios totalizavam pouco mais de um milhão de habitantes, com grau de urbanização de 84,6%. Em conjunto, apresentaram um PIB de R\$ 35,4 bi, no ano de 2014, mas com grande diferença em seu PIB *per capita*. Enquanto os Centros Locais apresentaram renda *per capita* de R\$ 29,9 mil, bastante similar à média do país, os municípios de Itatiba e Morungaba, juntos, apresentavam resultado de R\$ 45,5 mil, mostrando-se estarem muito mais vinculados à dinâmica econômica metropolitana do que os demais municípios deste grupo.

Ainda sobre a RMC e a sua posição dentro da hierarquia urbana, deve-se ressaltar que, dentro da classificação proposta pela Regic (IBGE, 2008), encontram-se no nível de Capital Regional os núcleos urbanos que, assim como as metrópoles, se relacionam com o estrato superior da rede urbana do país. Entretanto, trata-se de aglomerações com área de influência de âmbito regional, colocando-se como o principal destino para um conjunto amplo de atividades distribuídas por um número grande de municípios (IBGE, 2008). Figuram neste grupo, os núcleos urbanos classificados como Capital Regional A, reunindo todas as capitais estaduais que não foram enquadradas como metrópoles, sendo a única exceção o caso de Campinas.

Assim, a RMC ocupa posição de destaque na rede urbana do país, pois, entre os núcleos identificados como Capital Regional A, a ACP de Campinas é a única cujo núcleo não é capital estadual. Com efeito, a RMC figura com porte e intensidade similares às de algumas das principais metrópoles brasileiras, diferenciando-se apenas por sua vinculação e subordinação mais direta à RM São Paulo, cuja capital figura como Grande Metrópole Nacional.

### 3. Dinâmica demográfica e nível de atividade econômica na RIC

Conforme mencionamos anteriormente, a RIC compõe-se de 81 municípios que, juntos, apresentavam cerca de 5,3 milhões de habitantes e densidade demográfica de 235 hab./km<sup>2</sup>, no ano de 2010. No que se refere especificamente à Região Metropolitana de Campinas (RMC), deve-se notar que, embora a sua delimitação institucional não coincida exatamente com o núcleo desta rede – isto é, com

---

(7) Valor baseado no tamanho da população estimada para o ano de 2015.

a aglomeração urbana (núcleo e adjacências) que comanda uma rede de cidades – trata-se de uma área de grande importância pela sua posição peculiar dentro da rede urbana do país, conforme já apontado por Cano et al. (2002), logo após a sua instituição oficial<sup>8</sup>.

Com efeito, Campinas e sua área de influência, cujo comando cabe à RMC, fazem parte de uma das áreas mais dinâmicas e desenvolvidas do país. Formou-se, ali, um sistema urbano complexo, com porte e densidade de interações e articulações, gerador de dinâmicas econômicas e sociais para além de seus limites territoriais (Brandão; Macedo, 2007). Apresenta base econômica bastante diversificada, decorrentes de sua excelente infraestrutura de comunicação e com um sistema de transportes privilegiado que articula estruturas rodoviárias, ferroviárias e aeroviárias, formando um importante *hub* logístico.

Além disto, seu processo de formação econômica permitiu o desenvolvimento de uma agricultura avançada, cuja articulação com a indústria lhe proporcionou formar modernos complexos agroindustriais, como os da cana-de-açúcar, da laranja e do café. A região de Campinas detém uma das maiores aglomerações industriais do Brasil e do continente sul-americano, ao mesmo tempo que constituiu um importante polo terciário em razão de uma economia diversificada e uma alta centralidade que o município de Campinas exerce na rede urbana paulista. De acordo com Cano et al. (2002, p. 404):

O dinamismo da RMC reflete um processo que vem se desenvolvendo desde muito cedo na urbanização brasileira. De tal modo que, mais que um espraiamento da dinâmica paulistana, a metrópole campineira parece ter desenvolvido, há muito, sua própria região de influência de grande dimensão, embora de forma complementar à daquela, especialmente a partir das décadas de 50 e 60, com a interiorização mais intensa e diversificada da economia paulista.

Esta importância pode ser avaliada a partir da comparação de Campinas com outras regiões metropolitanas brasileiras, como exposto na **Tabela 3**.

Tabela 3  
Comparação dos volumes de população e do PIB *per capita* entre Regiões Metropolitanas selecionadas

UT	Classificação	População (mil pessoas)					PIB <i>per capita</i> (R\$)	
		2000	%	2010	%	Crescimento anual	2016	% Brasil
RM São Paulo	G. M. Nacional	17.880	100,0	19.684	100,0	1,26	52.152	170,9
RM Rio de Janeiro	Metr. Nacional	10.894	60,9	11.836	60,1	1,24	39.173	131,1
RM Belo Horizonte	Metrópole	4.820	27,0	5.415	27,5	1,29	33.169	112,1
RIDE Dist. Federal	Metr. Nacional	2.953	16,5	3.718	18,9	1,38	60.174	191,1
RM Porto Alegre	Metrópole	3.658	20,5	3.959	20,1	1,23	41.229	131,6
RM Recife	Metrópole	3.338	18,7	3.691	18,7	1,27	25.432	83,3
RM Salvador	Metrópole	3.022	16,9	3.574	18,2	1,34	29.190	92,9
RM Curitiba	Metrópole	2.727	15,2	3.174	16,1	1,32	42.526	144,2
<b>RM Campinas</b>	<b>C. Regional A</b>	2.338	<b>13,1</b>	2.797	<b>14,2</b>	<b>1,35</b>	<b>56.942</b>	<b>190,7</b>
<b>ACP de Campinas</b>	<b>C. Regional A</b>	2.188	<b>12,2</b>	2.605	<b>13,2</b>	<b>1,34</b>	<b>58.532</b>	<b>195,7</b>
RM Goiânia	Metrópole	1.640	9,2	2.173	11,0	1,42	28.204	95,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2010. PIB Municipal 2010. Elaborada pelo CEDE.

Nota 1 - As regiões metropolitanas e RIDE seguem o número de municípios, segundo a definição oficial.

Nota 2 - O PIB *per capita* do Brasil, em 2016, foi de R\$ 30.548,39, em moeda corrente.

(8) A Região Metropolitana de Campinas (RMC) foi instituída pela Lei Complementar Estadual nº 870, de 19 de junho de 2000, e teve sua composição alterada recentemente pela Lei Complementar Estadual nº 1.234, de 13 de março de 2014, aumentando de 19 para 20 municípios, sendo acrescida com o município de Morungaba.

A intensidade de seu dinamismo revela-se pelo ritmo de crescimento demográfico no período 2000 e 2010, com taxas médias anuais de 1,35%, ficando atrás apenas do Distrito Federal (1,38% a.a.) e de Goiânia (1,44% a.a.), em que pese todas as áreas analisadas terem apresentado ritmos de crescimento bastante inferiores às encontradas em décadas anteriores, conforme demonstrado por Cano *et al* (2002, p. 404). A este respeito, denota-se a elevação do tamanho da população da RMC em relação à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), que passou de 13,1% para 14,2%, entre 2000 e 2010.

Por outro lado, quando se observa a relação da população com a base econômica de cada região metropolitana, a RMC destaca-se pelo seu elevado PIB *per capita*, cujo valor de R\$ 56,9 mil representa quase o dobro da média do país no ano de 2016 (R\$ 30,5 mil), somente perdendo para o Distrito Federal (R\$ 60,1 mil). Porém, o destaque, aqui, vai para o núcleo da RIC, cujo PIB *per capita* é ainda superior ao da RMC, chegando a liderar todas as RMs investigadas neste quesito, em anos anteriores. De fato, a ACP de Campinas apresentou PIB *per capita* de R\$ 58,5 mil no ano de 2016.

### 3.1 Análise Populacional

Alguns aspectos importantes referentes à centralidade exercida por Campinas dentro da rede urbana chamam a atenção. As informações contidas na **Tabela 4** demonstram a importância de sua dinâmica urbana para a região, sobretudo, quando se leva em consideração seu contexto geográfico, com grau de urbanização bastante superior à média do país, e até mesmo para os casos dos centros urbanos de menor posição na hierarquia urbano-regional, como são os Centros Locais e os Centros de Zona. A análise do desempenho populacional por grupos de cidades pertencentes à RIC, segundo a sua posição hierárquica na rede urbana, revela certa estabilidade das taxas de crescimento da população total, tanto para os grupos de cidades observados como para a região como um todo, que cresceu a um ritmo anual de 1,32%, entre os anos 2000 e 2010.

Deve-se notar, entretanto, a liderança do crescimento populacional exercida pelo núcleo da rede, com a RMC crescendo a uma média anual de 1,35%, sendo que os municípios da Capital Regional A cresciam a 1,34% ao ano. A maior taxa de crescimento do primeiro, ainda que com pequena diferença, indica que, em parte, foram os municípios mais periféricos da RMC que apresentaram maior relevância no ritmo de crescimento populacional. Verifica-se, assim, um aumento na participação da principal aglomeração urbana dentro da rede de cidades investigada, mantendo sua atração. Ou seja, o peso da RMC dentro de sua rede urbana passou de 51,5% para 53,2% da população total e de 53,7 para 54,7% da população urbana, respectivamente, de 2000 para 2010, reforçando sua centralidade regional.

Tabela 4

RIC e RMC: participação relativa da população total e urbana, taxas de crescimento e grau de urbanização, segundo os níveis de hierarquia urbano-regional, 2000 e 2010

Níveis de agrupamento	Municípios		População						Grau de Urbanização	
			Total			Urbana			2000	2010
	Qtde	(%)	Cresc. (% a.a.)	(%) 2000	(%) 2010	(%)	Cresc. (% a.a.)	(%) 2000		
RMC	20	75,3	1,35	51,5	53,2	1,35	53,7	54,7	97,0	97,3
RIC-RMC	61	24,7	1,28	48,5	46,8	1,32	46,3	45,3	88,6	91,8
<b>RIC Campinas</b>	<b>81</b>	<b>100,0</b>	<b>1,32</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>1,34</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>92,9</b>	<b>94,8</b>
Capital Regional A	14	17,3	1,34	48,0	49,4	1,34	50,7	51,2	98,1	98,3
Capital Regional C	1	1,2	1,27	7,2	6,9	1,29	7,5	7,1	96,4	97,8
Centro Sub-regional	5	6,2	1,28	15,9	15,4	1,31	16,1	15,7	94,3	96,7
Centro de Zona	7	8,6	1,28	9,1	8,8	1,34	8,5	8,5	86,5	91,7
Centro Local	54	66,7	1,30	19,8	19,5	1,35	17,2	17,4	80,9	84,6

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 2000 e 2010. Elaborada pelo CEDE.

Analisando-se apenas a Capital Regional A, verifica-se um aumento de 1,34 pontos percentuais ao ano no período. Por outro lado, todos os demais grupos apresentaram perdas de participação no total da população, em face de seu menor ritmo de crescimento populacional. Chama a atenção o caso de Piracicaba (Capital Regional C) que, sendo a segunda na hierarquia dentre as cidades analisadas, apresentou a menor taxa de crescimento, com média de 1,27% ao ano, reduzindo assim sua importância relativa quando comparada à RMC, o que demonstra que esse processo ainda não se converteu totalmente a favor da periferia.

Em termos de população urbana, verifica-se um crescimento levemente mais acelerado que o da população total, indicando que o crescimento demográfico da região é eminentemente urbano, com todos os grupos apresentando aumento de seu grau de urbanização, entre 2000 e 2010. Neste caso, o aumento é mais visível fora do núcleo principal, isto é, nos municípios da área de influência da região (RIC), que elevaram seu grau de urbanização de uma média de 88,6% para 91,8%, entre 2000 e 2010. Este aumento de 3,2 pontos percentuais da 'hinterlândia' contrasta com a elevação de apenas 0,4 p.p. verificado na RMC que, contudo, já alcançou seu limite ao apresentar 97,3% de sua população urbana no ano de 2010. Contribuíram para o bom desempenho da hinterlândia, principalmente, os Centros de Zona (aumento de 5,2 p.p.), os Centros Locais (3,7 p.p.) e os Centros Sub-regionais (2,4 p.p.), ou seja, os núcleos de menor hierarquia, nos quais havia condições sociodemográficas para elevação do ritmo de urbanização.

Noutra medida, em termos de concentração urbana, ocorreu uma elevação da participação da RMC na população urbana da região, entre 2000 e 2010, que passou de 53,7% para 54,7% do total, reforçando ainda mais sua polarização. Observando-se os níveis de hierarquia, nota-se que as perdas ocorreram nos grupos intermediários da rede urbana, com a Capital Regional C e os Centros Sub-regionais apresentando queda de 0,4 p.p. cada. Os Centros Locais apresentaram ganho de participação em 0,2 p.p., enquanto a Capital Regional A verificou acréscimo de 0,5 p.p. Estes dados revelam o aumento da primazia de Campinas no período analisado, ganhando participação especialmente sobre os núcleos intermediários que, por definição, exerceriam polarizações secundárias dentro da região analisada. Há nesse sentido um incremento do seu processo de metropolização, que pode ser mais bem demarcado no plano econômico.

### ***3.2 Análise da Atividade Econômica Regional***

Outro aspecto relevante da hierarquia urbano-regional na RIC diz respeito à atividade econômica. Na **Tabela 5**, apresenta-se a participação da RMC no Produto Interno Bruto (PIB) e no Valor Adicionado Bruto (VAB) setorial em diferentes níveis de agregação territorial. Do ponto de vista do PIB municipal, a RMC contribuiu com 2,9% de todo o PIB gerado no Brasil, ao mesmo tempo em que respondia por 8,9% do produto interno do estado de São Paulo, considerando o período 2002-2015. A relativa estabilidade da participação da RMC em relação a estes três níveis pode indicar que a atividade econômica da região acompanhou as variações dos ciclos da economia brasileira no período investigado.

Por outro lado, quando comparada à RIC, a RMC tem sua participação elevada para 63% do PIB da região, cujos níveis de participação se mantêm estáveis desde o início da série. Este dado aponta para o peso e a relevância da atividade econômica da RMC dentro da rede de cidades que ela comanda, em que pese à região como um todo ter respondido por 4,6% do PIB nacional, em 2015. Deve-se destacar, contudo, a perda de participação do município de Campinas, em relação à RMC, que passou de 34,9% no ano de 2002, para 32,6% em 2015. Esta perda de participação de 2,3 p.p. indica certa desconcentração econômica dentro da RMC, importando identificar os municípios que mais se

beneficiaram deste movimento. Fator que também se verifica na perda de participação de Campinas no valor dos *impostos, líquidos de subsídios* em relação à RMC.

Já no que se refere ao Valor Adicionado Bruto da Agropecuária, os maiores destaques são referentes a: i) o elevado ganho de participação da RMC no valor adicionado do setor em relação ao estado de São Paulo (acréscimo de 2,0 p.p.), com especial elevação nos últimos dois anos da série, podendo significar a queda deste setor em outras porções do território paulista; e ii) o ganho de quase quinze pontos percentuais da RMC em relação à sua área de influência, ao mesmo tempo em que a RIC verificou queda de um ponto percentual em relação ao Brasil. Este último, um dado importante para se compreender onde ocorreu a maior queda da agropecuária no estado de São Paulo, beneficiando o ganho da RMC.

Por sua vez, o setor industrial tem na RMC um caso bastante especial em relação a outras áreas do país, sendo a principal responsável pelo peso que a região detém no PIB nacional. De fato, a RMC respondia por 3,9% do valor adicionado pela indústria no Brasil, sofrendo alguma variação ao longo da série, quando apresentava 4,0% de participação no ano de 2002, tendo sua contribuição reduzida a partir de 2010, em face à desaceleração da economia brasileira, mas voltando a recuperar sua participação no ano de 2015. Além disso, a RMC ganhou participação em relação ao estado de São Paulo de 1,5 p.p., representando certo deslocamento do setor industrial em direção à Campinas. Ou seja, a RMC apresentou um recuo em relação a si mesma e um ganho relativo (ou estatístico) em relação ao estado no período.

Dito de outro modo, a RMC viu Campinas perder 4,3 p.p. de participação da indústria dentro da região no período. Este dado revela ao mesmo tempo uma forte desconcentração do setor em direção a outros municípios da região metropolitana, cabendo identificar os principais efeitos da indústria na aglomeração como um todo, não apenas do seu núcleo principal. De igual maneira, também houve perda de participação da RMC em relação à RIC de 1,3 p.p., mostrando que a atividade industrial se alterou dentro da RIC, ainda que tenha mantido sua participação em 6,3% do valor adicionado do total da indústria no país.

Em termos do setor de serviços (com exceção dos *serviços de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*), a RMC manteve participação estável no valor adicionado por este tipo de atividade no país, com ganho de 0,2 p.p., durante o período analisado. A RMC ganhou participação de 0,9 p.p. em relação ao estado de São Paulo, indicando um deslocamento do valor gerado pela atividade terciária em sua direção. Por sua vez, o município de Campinas apresentou queda de 6,1 p.p do seu valor adicionado no setor em relação à região metropolitana, revelando uma forte desconcentração interna. Ou seja, cada vez mais, sua importância econômica está relacionada à dinâmica metropolitana.

Por outro lado, o ganho de participação de 1,3 p.p. da RMC em relação à sua área de influência vem reforçar a centralidade que Campinas exerce dentro da rede de cidades que ela comanda. Com efeito, a dinâmica do setor de serviços é um dos principais indicadores da importância relativa das cidades na hierarquia urbana. Por fim, no ano de 2015, a RIC contribuiu com 4,4% do valor adicionado pelos serviços no país.

Tabela 5

Região Metropolitana de Campinas: Produto Interno Bruto, Valor Adicionado por setores e participação relativa segundo diferentes níveis de agregação territorial, 2002-2015.

<b>PIB, Impostos e Valor Adicionado</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
<b>Produto Interno Bruto</b>														
% RMC/BR	2,8	2,9	2,9	3,0	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,7	2,6	2,7	2,7	2,9
% RMC/ESP	8,1	8,4	8,7	8,7	8,4	8,4	8,6	8,5	8,7	8,3	8,1	8,4	8,5	8,9
% Campinas/RMC	34,9	33,2	33,0	35,0	34,7	34,3	33,6	34,0	34,1	37,3	38,4	37,8	34,7	32,6
% RMC/RIC	62,3	62,7	63,3	63,2	62,2	62,0	63,2	63,2	64,1	62,5	58,9	61,4	61,5	63,0
% RIC/BR	4,6	4,6	4,6	4,7	4,6	4,6	4,6	4,6	4,5	4,4	4,4	4,4	4,4	4,6
<b>Impostos, líquidos de subsídios</b>														
% RMC/BR	3,8	3,8	4,0	3,9	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,6	3,7	3,9	3,7	3,9
% RMC/ESP	9,5	9,6	10,5	10,2	9,7	9,6	9,6	9,4	9,7	9,5	9,8	10,1	9,9	10,3
% Campinas/RMC	27,8	24,9	26,2	33,3	34,2	35,3	34,7	34,2	33,9	35,2	33,8	33,1	30,6	31,1
% RMC/RIC	69,3	70,2	72,5	72,0	70,7	69,7	70,3	70,4	71,1	70,8	67,9	68,2	66,4	66,2
% RIC/BR	5,5	5,4	5,6	5,4	5,3	5,3	5,3	5,2	5,2	5,1	5,5	5,7	5,6	5,8
<b>Valor adicionado da Agropecuária</b>														
% RMC/BR	0,7	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,4	0,5	0,4	0,4	0,4	0,5	0,6	0,6
% RMC/ESP	3,9	3,6	3,8	3,7	3,4	3,6	3,4	3,1	2,9	3,3	3,4	4,4	5,3	5,9
% Campinas/RMC	6,9	7,4	7,9	8,1	9,1	7,4	6,7	6,0	6,6	7,4	7,8	7,1	7,6	7,1
% RMC/RIC	25,7	25,1	24,6	25,0	23,4	23,4	23,2	22,1	22,3	24,6	24,9	32,3	36,5	38,4
% RIC/BR	2,6	2,1	2,0	2,3	2,7	2,7	1,9	2,2	1,8	1,7	1,6	1,5	1,6	1,6
<b>Valor adicionado da Indústria</b>														
% RMC/BR	4,0	4,3	4,2	4,3	4,1	4,1	4,1	4,2	3,9	3,2	2,8	2,9	3,1	3,9
% RMC/ESP	11,3	11,9	12,0	12,2	12,2	12,0	12,4	12,3	12,1	10,6	9,7	10,0	10,6	12,8
% Campinas/RMC	25,7	23,5	24,3	24,4	23,0	21,3	20,8	21,4	21,6	26,5	29,7	29,8	26,1	21,1
% RMC/RIC	63,1	63,6	63,1	62,9	61,8	61,0	62,0	62,4	63,2	57,9	54,6	55,3	56,6	62,5
% RIC/BR	6,3	6,8	6,6	6,8	6,6	6,8	6,6	6,7	6,2	5,5	5,1	5,2	5,4	6,3
<b>Valor adicionado dos Serviços, exclusive Adm. Pública<sup>1</sup></b>														
% RMC/BR	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,7	2,7	2,8	2,8	2,7	2,9	2,9	2,8
% RMC/ESP	6,6	6,7	6,8	6,8	6,6	6,6	6,9	7,0	7,2	7,3	7,2	7,5	7,6	7,5
% Campinas/RMC	45,8	45,7	45,0	45,4	45,1	44,7	43,5	43,4	43,4	45,0	45,5	44,3	40,8	39,7
% RMC/RIC	62,9	62,8	63,2	63,4	62,9	63,4	64,5	64,8	65,1	64,9	59,4	64,0	64,0	64,2
% RIC/BR	4,2	4,2	4,1	4,2	4,2	4,1	4,1	4,1	4,3	4,4	4,6	4,5	4,5	4,4
<b>Valor adicionado da Administração Pública<sup>1</sup></b>														
% RMC/BR	1,5	1,5	1,4	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4
% RMC/ESP	7,3	7,3	7,2	7,5	7,5	7,5	7,6	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,6	7,5
% Campinas/RMC	39,4	38,9	38,4	39,3	37,1	36,9	36,8	37,2	36,6	37,1	36,7	36,1	35,3	35,8
% RMC/RIC	55,1	55,2	55,0	55,7	55,4	55,6	55,7	55,9	55,5	55,6	55,4	55,3	55,3	55,1
% RIC/BR	2,7	2,7	2,6	2,7	2,6	2,7	2,7	2,7	2,6	2,5	2,5	2,6	2,5	2,5

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios - Ano de Referência, 2010. 2002 a 2015. Elaborada pela CEDE.

<sup>1</sup> Refere-se aos Serviços de Administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social.

A desagregação dos *serviços de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*, ou apenas Administração Pública, torna-se importante pelo papel peculiar que este setor desempenha na maioria dos municípios brasileiros. Verificou-se, no caso da região de Campinas, certa estabilidade da participação da RMC comparativamente aos demais níveis, durante os anos investigados, cabendo destaque apenas à perda de participação do município de Campinas em relação à região metropolitana, de 3,6 p.p.. Chama a atenção, no entanto, o comportamento deste setor dentro da RIC, cuja forte dinâmica econômica aponta para uma menor dependência que os municípios da região têm desta atividade, conforme verificamos a seguir.

Com efeito, os dados da **Tabela 6** revelam a importância relativamente menor da Administração Pública para o conjunto dos municípios da RIC, não chegando a 10% do valor adicionado bruto total (VAB) da região, mantendo-se estável ao longo da série. Isto mostra a menor dependência que os municípios da região têm em relação ao Estado – isto é, do valor adicionado pela administração pública –, sinalizando para um nível mais elevado de atividade econômica. Para efeitos de comparação, no Brasil, o peso do setor público sobre o valor adicionado foi de 17,2%, no ano de 2015. Já em São Paulo, no mesmo ano, o setor representou 10,1%, na RMC, 8,8% e na RIC, 9,9%.

Tabela 6  
RIC: participação setorial no Valor Adicionado Bruto total, 2002-2015

	2002	2003	2004	2005	2006	2008	2009	2010	2011	2013	2014	2015
<b>VAB Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	3,8	3,4	3,1	2,7	3,1	2,3	2,6	2,0	2,0	1,9	1,9	1,8
Indústria	38,0	40,7	42,8	42,4	40,4	40,5	38,4	38,4	35,3	30,8	30,4	32,4
Serviços s/ AdmP <sup>1</sup>	48,1	46,4	45,0	45,6	47,0	47,1	48,5	50,0	53,1	57,1	57,9	55,9
Adm.Pública <sup>1</sup>	10,0	9,5	9,2	9,4	9,6	10,2	10,5	9,5	9,6	10,2	9,8	9,9

Fonte: IBGE, PIB dos Municípios - Ano de Referência, 2010. 2002 a 2015. Elaborada pelo CEDE.

<sup>1</sup> Refere-se aos Serviços de Administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social.

Nota: os anos de 2007 e 2012 foram suprimidos por questão de espaço, mas apresentavam números muito semelhantes a 2006 e 2011, respectivamente.

A este respeito, a distribuição setorial do VAB dentro da RIC aponta para a queda de participação da agropecuária (-2,0 p.p.) e da indústria (-5,6 p.p), entre os anos de 2002 e 2015, enquanto o setor de serviços, exceto Administração Pública, passou de 48,1%, no ano de 2002, para 55,9% em 2015. O setor agropecuário, que vem apresentando uma redução sistemática de sua participação, contribuiu com 1,8% do VAB total em 2015. Já o setor industrial chegou a apresentar elevação de sua participação, entre 2002 e 2008, passando de 38% para 40,5% do VAB total, mas caindo, desde então, a um mínimo de 30,4% em 2014, e oscilando positivamente para 32,4%, no ano de 2015.

O quadro demonstra o sentido em que se dá o processo de geração da renda na região, sendo o valor agregado cada vez mais determinado por atividades tipicamente urbanas, por meio das quais passam a ter primazia os centros urbanos com maior diversificação na oferta de comércio e de serviços, para além das atividades industriais. Basta lembrar o peso que tem a RMC na geração de valor entre os municípios da região (63% em 2015). Ademais, na análise da rede urbana, quando se leva em consideração a centralidade que o setor terciário exerce na hierarquia dos centros urbanos, é de fundamental importância que se observe o tipo de serviços que é ali ofertado.

Com os dados discutidos até aqui, torna-se possível realizar a análise com base na contribuição de cada grupo de cidades ao nível de atividade econômica dentro da RIC. Os dados das **Tabelas 7** e da **Tabela 8** permitem rapidamente perceber a ocorrência (ou não) de especialização produtiva (divisão territorial do trabalho) entre os municípios analisados, podendo-se caracterizar qual o esquema de distribuição da atividade econômica é específico dessa rede urbana.

Por um lado, na **Tabela 7**, aparecem os Centros Locais respondendo por quase dois terços do valor adicionado pela agropecuária na região, cuja cifra vem se elevando ao longo do período investigado, passando de 55,6% em 2002 para 63,8%, no ano de 2015. Esta ampliação de participação dos Centros Locais se deu a partir das perdas nos níveis hierárquicos superiores, em que aparecem os Centros de Zona com 15,1% do VAB agropecuário de 2015 (perda de 2,6 p.p. em relação a 2002), seguidos pelos Centros Sub-regionais (7,3% e perda de 4,6 p.p. em relação a 2002) e a Capital Regional C (3,1% e perda de 1,4 p.p. em relação a 2002).

Tabela 7

RIC - valor adicionado bruto total e por setores econômicos, segundo a participação dos níveis de hierarquia urbana

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Valor adicionado bruto total</b>	<b>100,0</b>													
Capital Regional A	57,1	57,6	57,8	58,2	57,4	57,2	58,6	58,7	59,4	57,4	53,8	56,6	56,9	59,0
Capital Regional C	7,1	7,0	7,6	7,6	7,8	7,8	7,8	7,2	7,2	7,8	7,6	8,5	8,3	7,5
Centro Sub-regional	13,5	13,4	13,4	13,4	13,8	13,8	13,3	13,0	12,8	13,4	13,3	13,4	12,8	12,3
Centro de Zona	7,9	7,7	7,5	7,3	7,4	7,6	7,2	7,6	7,5	7,9	8,0	8,1	8,0	7,9
Centro Local	14,5	14,3	13,7	13,5	13,7	13,6	13,0	13,5	13,1	13,4	17,3	13,5	13,9	13,3
<b>Agropecuária</b>	<b>100,0</b>													
Capital Regional A	10,7	9,9	9,9	9,8	9,9	9,5	8,5	7,8	6,8	7,9	8,3	10,3	9,9	10,8
Capital Regional C	4,5	5,3	4,3	5,0	4,7	4,4	4,8	5,2	6,2	6,9	5,9	4,8	3,4	3,1
Centro Sub-regional	11,5	11,0	9,7	10,4	11,9	10,4	10,1	9,5	9,9	9,7	9,9	9,0	6,9	7,3
Centro de Zona	17,7	17,4	16,2	15,0	14,9	17,1	16,3	20,1	17,3	15,9	16,6	16,4	14,8	15,1
Centro Local	55,6	56,5	59,9	59,8	58,6	58,6	60,2	57,3	59,8	59,6	59,3	59,6	65,1	63,8
<b>Indústria</b>	<b>100,0</b>													
Capital Regional A	60,1	60,7	60,2	60,1	59,1	58,2	59,3	59,5	60,1	54,4	51,1	51,9	53,2	59,6
Capital Regional C	7,0	6,8	8,0	7,9	8,2	8,3	8,5	7,5	7,2	8,4	8,6	10,2	9,8	8,0
Centro Sub-regional	14,0	14,0	13,9	14,1	14,5	14,8	14,0	13,6	13,3	15,0	16,0	15,2	14,6	12,6
Centro de Zona	7,9	7,7	7,4	7,2	7,3	7,7	7,4	7,8	7,8	9,2	10,1	9,2	8,7	8,1
Centro Local	11,0	10,8	10,5	10,7	10,9	10,9	10,8	11,6	11,6	13,0	14,1	13,4	13,5	11,7
<b>Serviços, exclusive Adm. Pública<sup>1</sup></b>	<b>100,0</b>													
Capital Regional A	59,5	59,5	60,1	60,5	60,1	60,6	61,9	62,2	62,5	62,3	57,0	61,5	61,3	61,5
Capital Regional C	7,5	7,4	7,6	7,6	7,9	7,9	7,7	7,4	7,4	7,7	7,2	8,0	8,0	7,5
Centro Sub-regional	13,1	12,9	12,8	12,7	13,1	12,9	12,7	12,5	12,3	12,4	11,8	12,4	11,8	11,8
Centro de Zona	6,9	6,8	6,9	6,8	6,7	6,7	6,3	6,6	6,6	6,7	6,6	7,2	7,2	7,5
Centro Local	13,1	13,5	12,6	12,4	12,2	11,8	11,4	11,4	11,2	10,9	17,4	11,0	11,6	11,7
<b>Administração pública<sup>1</sup></b>	<b>100,0</b>													
Capital Regional A	51,5	51,8	51,5	52,2	51,8	52,0	52,1	52,1	51,7	51,7	51,5	51,5	51,4	51,2
Capital Regional C	6,7	6,6	6,8	6,4	6,4	6,4	6,3	6,2	6,4	6,5	6,6	6,6	6,7	6,7
Centro Sub-regional	14,5	14,6	14,7	14,5	14,7	14,3	14,1	14,4	14,3	14,3	14,2	14,4	14,4	14,6
Centro de Zona	8,5	8,5	8,5	8,4	8,4	8,5	8,5	8,2	8,6	8,4	8,5	8,5	8,6	8,5
Centro Local	18,8	18,5	18,6	18,5	18,7	18,8	19,0	19,0	19,1	19,1	19,1	19,0	19,0	19,0

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios - Ano de Referência, 2010. 2002 a 2015. Elaborada pelo CEDE.

<sup>1</sup> Refere-se aos Serviços de Administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social.

O caso da Capital Regional A merece especial atenção, pois responde por 10,8% do valor adicionado Agropecuário, que manteve estável sua participação ao longo do período. Revela, assim, a importância do núcleo neste setor, ainda que internamente sua contribuição seja reduzida (0,7% do VAB da ACP de Campinas).

Por outro lado, quando se compara a ACP de Campinas à RMC os valores são bem diferentes. Conforme a **Tabela 5**, a participação da RMC na RIC, no ano de 2015, foi de 38,4%, enquanto a da ACP foi de 11%. A diferença deve-se ao desempenho da agropecuária no município de Itatiba, que não faz parte da ACP, saindo de 23,9% do valor adicionado pelo setor na RMC, em 2002, para 40% em 2015. Este crescimento justifica, inclusive, o ganho de participação da RMC na agropecuária paulista, conforme já demonstrado na **Tabela 5**.

O setor industrial aparece como o grande responsável pelo peso da Capital Regional A no valor agregado da RIC. O núcleo apresentou um nível de participação de 59,6% do valor adicionado nesse setor dentro de sua área de influência, no ano de 2015, com queda de 0,6 p.p. em relação ao início da série. Houve perda também junto aos Centros Sub-regionais que passaram a responder por 12,6% do VAB industrial da região (queda de 1,4 p.p. em relação à 2002). Verificaram-se ganhos junto à Capital Regional C, elevando sua participação em um ponto percentual, chegando a 8% de contribuição ao setor; aos Centros Locais, com elevação de 0,7 p.p. e os Centros de Zona (0,2 p.p.).

Como a indústria, o setor de serviços é fundamental para a centralidade de Campinas, que, como Capital Regional A, responde por 61,5% de todo o valor gerado pelo setor em sua área de influência, tendo acrescido dois pontos percentuais em relação ao ano de 2002 e absorvida a maior parte das perdas de participação dos níveis inferiores. A Capital Regional C manteve-se estável ao longo do período, com 7,5% do valor adicionado na região. Os Centros Sub-regionais apresentaram perda de 1,3 p.p., passando de 13,1% para 11,8%, entre 2002 e 2015. Já os Centros de Zona elevaram sua participação em 0,6 p.p., chegando ao ano de 2015 com 7,5% do valor adicionado pelos serviços na região. Por fim, os Centros Locais tiveram perda de 1,4 p.p., entre 2002 e 2015, respondendo por 11,7% do VAB de serviços na RIC.

Por fim, o valor adicionado pela Administração Pública também apresenta elevada concentração na Capital Regional A, com 51,2% no ano de 2015, em que se destaca novamente a pouca dependência desse tipo de atividade nos núcleos de menor hierarquia, bem diferente de boa parte do país. No geral, a participação dos grupos de municípios manteve-se estável ao longo do período, com a Capital Regional C apresentando participação de 6,7%, no ano de 2015, os Centros Sub-regionais com 14,6%, e os Centros de Zona e Centros Locais com 8,5% e 19%, respectivamente, no mesmo ano.

Algumas das constatações feitas até aqui também podem ser inferidas a partir das informações contidas na **Tabela 8**, que apresenta o número de municípios segundo a classe de atividade econômica de maior relevância na geração do PIB municipal, no ano de 2015<sup>9</sup>. Nota-se que, no Brasil, 2.806 municípios, ou 50,4% do total, têm no segmento de *administração pública, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social* a sua principal atividade econômica, isto é, contribuindo com a maior parte do VAB total no município.

Todavia, quando se observa o caso do estado de São Paulo, nota-se que a proporção de municípios dependentes da Administração pública é de somente 15,7%, correspondendo a 101 municípios. A RIC surpreende por apresentar apenas quatro municípios nesta condição, revelando-se, mais uma vez, seu grande dinamismo e distribuição das atividades econômicas em seu espaço interno. Já a RMC não apresentou nenhum município cuja administração pública tivesse maior relevância na geração interna de riqueza.

---

(9) A partir do ano de 2016, o IBGE passou a divulgar, junto com o Produto Interno Bruto dos Municípios, o nome das três principais atividades econômicas, em cada município, por ordem de importância. A série está disponível a partir do ano de 2010 e vai até o ano de 2015.

Tabela 8

Número de municípios por diferentes níveis territoriais, segundo a classificação da atividade econômica principal, 2015

Classificação da atividade econômica principal	Brasil		São Paulo		RIC		RMC	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	2.806	50,4	101	15,7	4	4,9	0	0,0
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	565	10,1	40	6,2	0	0,0	0	0,0
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	52	0,9	12	1,9	3	3,7	0	0,0
Construção	13	0,2	3	0,5	0	0,0	0	0,0
Demais serviços	1.506	27,0	422	65,4	63	77,8	16	80,0
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	85	1,5	8	1,2	0	0,0	0	0,0
Indústrias de transformação	287	5,2	54	8,4	11	13,6	4	20,0
Indústrias extrativas	71	1,3	3	0,5	0	0,0	0	0,0
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	157	2,8	2	0,3	0	0,0	0	0,0
Produção florestal, pesca e aquicultura	28	0,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0
<b>Total de Municípios</b>	<b>5.570</b>	<b>100,0</b>	<b>645</b>	<b>100,0</b>	<b>81</b>	<b>100,0</b>	<b>20</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, PIB dos Municípios - Ano de Referência 2010. 2015. Elaborada pelo CEDE.

Depois da Administração pública, os *Demais serviços* correspondem à classe de atividades que reúne o maior número de municípios como principal atividade econômica. Aqui, deve-se chamar a atenção para a enorme heterogeneidade deste setor, podendo agregar atividades bastante dinâmicas, intensivas em conhecimento, com alto valor agregado ou níveis elevados de emprego, ao mesmo tempo em que revela um ‘terciário pobre’, altamente informal, com persistência de trabalho precário e reduzida contribuição à agregação de valor dos municípios. Por este motivo, sua análise mais pormenorizada requer a abertura dos dados de emprego, conforme se fará mais adiante (ver **Tabela 9**).

Feita esta ressalva, nota-se, no entanto, que no ano de 2015, 27% dos municípios brasileiros – o que corresponde a 1.506 municípios – tinham nos *Demais serviços* a sua principal atividade econômica. De maneira inversa, no estado de São Paulo praticamente dois terços dos municípios (422) estavam nesta condição, evidenciando-se ainda mais o espraiamento das atividades econômicas pelo território paulista, bem como a robustez de sua rede urbana, cujo setor de serviços é um segmento fundamental de sua dinâmica. Os índices elevam-se ainda mais quando se observam a RIC (77,8%) e a RMC, com 16 municípios (equivalentes a 80%) nesta condição.

O setor de *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* tem destaque porque, a despeito de ser um grande empregador, não costuma se configurar como a principal atividade econômica da maioria dos municípios brasileiros. Com efeito, no Brasil, menos de um por cento dos municípios apresentaram este setor como sua principal atividade econômica. Em São Paulo, foram apenas doze municípios (equivalentes a 1,9%) e na RIC foram três (3,7%).

A *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita*, é o terceiro maior segmento em termos de municípios como principal atividade econômica. Cerca de dez por cento dos municípios brasileiros apresentaram esta condição, sendo que no estado de São Paulo foram 40 (6,2% do total do estado) e a RIC não apresentou nenhum município nesta condição.

Já a *Indústria de transformação*, muito mais concentrada no território, apresentou-se como principal atividade econômica em 287 municípios brasileiros, ou 5,2% do total. O estado de São Paulo, que concentra o maior parque industrial brasileiro, são 54 municípios nesta condição (8,4% dos municípios do estado). Na RIC são onze (13,6%) e na RMC são quatro, ou 20%. Deve-se destacar,

todavia, que na RMC outros dez municípios aparecem com a *Indústria de transformação* como segunda maior atividade econômica, revelando-se o enorme peso desta atividade sobre toda a região metropolitana.

### 3.3 Análise do Nível de Emprego

Complementa a análise a abertura dos dados de emprego por setores, feito com base nas informações de população ocupada, segundo a classe de atividade econômica, obtidos pelo censo de 2010. Observa-se na **Tabela 9** que, entre a população ocupada residente na RIC, 546.250 pessoas estavam alocadas em atividades ligadas à *indústria de transformação*, no ano de 2010, correspondendo a 20,5% do total de pessoas ocupadas na região. Destes, os municípios que formavam a Capital Regional A (ACP de Campinas) respondiam por 46% dos postos de trabalho, refletindo o seu importante papel de polo industrial.

Em seguida, aparecem os Centros Locais, com 20,6% dos postos de trabalho na indústria, depois os Centros Sub-regionais (17%), os Centros de Zona (10%) e a Capital Regional C (6,4%), cuja menor participação reflete o fato de tratar-se de uma única municipalidade, que é Piracicaba. Deste modo, Piracicaba também figura como um importante núcleo em termos de geração de empregos industriais.

O segmento de *comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* aparece como o segundo maior gerador de empregos na RIC, com 16,3% do total de pessoas ocupadas, ou 434.429 pessoas em 2010. A ACP de Campinas concentra quase metade desses empregos, seguida pelos Centros Locais (17,7%), os Centros Sub-regionais (16,9%), Centros de Zona (8,6%) e a Capital Regional C (7,8%). O setor relacionado à *Construção* também desponta como um importante empregador, com 191.477 pessoas ocupadas nesta atividade em 2010 (7,2% do total), com distribuição dos empregos entre os níveis de hierarquia de forma muito semelhante ao do Comércio.

O comportamento destes três segmentos – indústria de transformação, comércio e construção – aponta justamente para a forma de distribuição da atividade econômica dentro desta rede urbana e o sentido de sua hierarquia interna. Por um lado, tem-se a ACP de Campinas concentrando 47,8% das pessoas ocupadas em um destes três segmentos e, por outro, a composição relativa dos demais níveis de hierarquia está consoante com a quantidade de municípios presentes em cada grupo.

Para melhor visualização, estimou-se um valor médio de pessoas ocupadas por município em cada um desses grupos. A estimativa da média de pessoas ocupadas por município nos segmentos de *indústria de transformação, comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas e construção* tem por objetivo demonstrar o sentido da hierarquia urbano-regional, na medida em que os núcleos de maior hierarquia têm, em média, um número maior de pessoas ocupadas em alguma destas atividades, diminuindo em escala à medida que se considera os centros de menor hierarquia. Por outro lado, observa-se que a cifra de valores médios não corresponde à dinâmica econômica e ao mercado de trabalho interno de cada um dos municípios, tomados isoladamente, visto que eles variam bastante entre si. A variação do número de pessoas ocupadas por município decorre do tamanho de sua população total e da população economicamente ativa, bem como da extensão e dinamismo de seu mercado de trabalho.

Em termos de pessoas ocupadas, temos, hierarquicamente, a Capital Regional A respondendo por 557.856 pessoas ocupadas em algumas dessas três atividades, o que dá uma média de 39.847 pessoas por município, porém, chamando-se a atenção aqui para o fator de aglomeração que leva a considerar a área como um grande centro urbano, isto é, como uma região metropolitana. A Capital Regional C destaca-se por concentrar 82.317 pessoas ocupadas numa dessas três atividades, equivalente a 7,0% do total da região. Nos Centros de Zona denota-se a ocorrência de uma média de 15.533 pessoas ocupadas, enquanto os Centros Sub-regionais correspondem a 39.735 postos de trabalho, no ano de 2010. Já os Centros Locais respondem, em média, por 4.319 pessoas ocupadas em algum desses três segmentos. Ademais, somente o município de Campinas – núcleo da região metropolitana – concentra 185.902 pessoas ocupadas em um desses setores, equivalentes a um terço do total da Capital Regional A.

Tabela 9

RIC: distribuição da população ocupada, segundo a seção de atividade econômica e participação relativa dos grupos de cidade, 2010

Atividade Econômica	RI Campinas		Participação relativa (%)					Total
	Pessoas	%	Capital Regional A	Capital Regional C	Centros Sub-regionais	Centros de Zona	Centros Locais	
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	148.075	5,6	14,07	2,7	11,0	16,7	55,6	100,0
Indústrias extrativas	4.980	0,2	49,28	3,3	11,8	5,4	30,3	100,0
Indústrias de transformação	546.250	20,5	46,01	6,4	17,0	10,0	20,6	100,0
Eletricidade e gás	4.332	0,2	63,02	5,7	13,1	6,0	12,2	100,0
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontam.	20.788	0,8	49,06	8,5	15,5	9,7	17,3	100,0
Construção	191.477	7,2	48,73	7,1	17,1	8,6	18,5	100,0
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	434.429	16,3	49,08	7,8	16,9	8,6	17,7	100,0
Transporte, armazenagem e correio	120.471	4,5	56,74	5,8	13,6	7,8	16,1	100,0
Alojamento e alimentação	95.679	3,6	52,49	6,8	13,9	7,8	19,0	100,0
Informação e comunicação	39.194	1,5	71,33	5,8	11,5	4,4	7,0	100,0
Ativ. financeiras, de seguros e serviços relacionados	31.466	1,2	57,03	7,9	14,8	7,9	12,5	100,0
Atividades imobiliárias	12.652	0,5	60,86	10,0	11,8	6,5	10,8	100,0
Atividades profissionais, científicas e técnicas	80.196	3,0	56,43	8,4	16,2	6,9	12,1	100,0
Ativ. administrativas e serviços complementares	96.522	3,6	61,47	7,7	14,3	5,5	11,0	100,0
Administração pública, defesa e seguridade social	92.858	3,5	47,70	6,8	14,3	9,2	22,0	100,0
Educação	134.212	5,0	52,38	8,0	15,5	8,0	16,2	100,0
Saúde humana e serviços sociais	101.390	3,8	53,53	7,7	16,4	7,8	14,5	100,0
Artes, cultura, esporte e recreação	20.020	0,8	52,16	7,7	16,9	7,9	15,3	100,0
Outras atividades de serviços	68.256	2,6	53,83	7,1	14,3	8,7	16,1	100,0
Serviços domésticos	180.347	6,8	49,23	7,1	15,4	8,2	20,1	100,0
Organ. internacionais e outras instituições extraterritoriais	3	0,0	0,00	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0
Atividades mal especificadas	238.199	8,9	60,19	5,8	12,5	6,4	15,0	100,0
<b>Total</b>	<b>2.661.796</b>	<b>100,0</b>	<b>49,6</b>	<b>6,8</b>	<b>15,3</b>	<b>8,8</b>	<b>19,6</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 2010. Elaborada pelo CEDE.

Em termos de importância relativa, o setor de *serviços domésticos* aparece como a próxima atividade com maior número de pessoas ocupadas na região com 6,8% do total, algo em torno de 180 mil pessoas<sup>10</sup>. O peso relativo e a quantidade de pessoas ocupadas nesse setor chamam atenção pela natureza desse tipo de atividade, concentrando boa parte da população em atividades que se relacionam a um “terciário pobre”, dado que expressa as marcas do subdesenvolvimento no processo de urbanização brasileiro. Com efeito, neste quesito, a estatística não se difere muito das áreas mais periféricas do país. Nota-se também que cerca de metade destas pessoas residem na ACP de Campinas.

Verificam-se, ainda, cerca de 150 mil pessoas ocupadas em atividades de *agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* dentro da RIC, no ano de 2010, equivalente a 5,6% do total. A ACP de Campinas concentra uma proporção relevante do número de empregos no setor, com 14,1% do total, refletindo o peso do valor adicionado pela Capital Regional A na região (ver **Tabela 7**). Já Piracicaba responde por 2,7% dos postos de trabalho nessas atividades, enquanto os Centros Locais concentram mais de 55% das pessoas ocupadas.

Quanto às demais atividades relativas ao grande setor de serviços, têm destaque os seguintes segmentos: *educação*, com 5,0% do total de pessoas ocupadas na região, em 2010; *transportes, armazenagem e correio* (4,5%); *saúde humana e serviços sociais* (3,8%); *atividades administrativas e serviços complementares* (3,6%); *administração pública, defesa e seguridade social* (3,5%); e *atividades profissionais, científicas e técnicas* (3,0%).

Já em termos da participação relativa por grupos de hierarquia dos núcleos urbanos nesses segmentos, a Capital Regional A lidera principalmente naquelas atividades mais intensivas em conhecimento ou que envolvam uma maior relação de capital investido. São os casos de: *informação e comunicação*, com 71,3% das pessoas ocupadas nesta atividade residentes na ACP de Campinas; *atividades administrativas e serviços complementares* (61,5%); *atividades imobiliárias* (60,9%); *atividades financeiras, de seguro e serviços relacionados* (57%); além de *transporte armazenagem e correio e atividades profissionais, científicas e técnicas*, com 56,7% e 56,4%, respectivamente. Características que dão o sentido da centralidade de Campinas.

#### 4. Condicionantes da hierarquia urbano-regional na RIC

Nesta quarta e última seção são apresentados e discutidos alguns dos condicionantes da hierarquia urbana na RIC, com base na atualização dos dados de algumas das principais variáveis utilizadas pela Regic (IBGE), de modo que se promova uma visão adequada do movimento de ganhos e perdas de centralidade, dada pelo caráter mais dinâmico que esse tipo de análise pode proporcionar. Para a caracterização da área estudada, optou-se por analisar, inicialmente, as informações referentes à diversidade da oferta de comércio e serviços<sup>11</sup>. Trata-se de uma variável indicativa do grau de centralidade dos centros urbanos e têm como parâmetros os mesmos critérios utilizados pela Regic de 2007.

Buscamos verificar o grau de diversidade da oferta de comércio e serviços entre os municípios da RIC, com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Para tanto, considera-se o número total de classes de atividades de comércio e serviços

---

(10) Considerando-se o número de pessoas ocupadas em *Atividades mal especificadas* (238.199), equivalentes a 8,9% do total, estima-se que esse contingente de pessoas seja bem maior.

(11) Na própria Regic, existe uma amplitude de variáveis que são importantes para caracterização da organização pelo território a partir da rede urbana, tanto relacionados à hierarquia urbano-regional como aos fluxos sociais e econômicos entre as cidades.

relacionados no quarto nível da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0)<sup>12</sup>. Em seguida, verifica-se o número de classes presentes em cada município investigado. Com isto, o *grau de diversidade da oferta de comércio e serviços* é obtido a partir do cálculo da razão entre o número de classes de cada município em relação ao total possível<sup>13</sup>. Foram analisados os dados compreendidos entre os anos de 2006 a 2016, permitindo verificar tanto a posição atual dos níveis de centralidade dos centros urbanos neste quesito, como o movimento de ganhos e/ou perdas verificadas no período.

#### 4.1 Setor Terciário: a diversidade do Comércio e dos Serviços

A observação do grau de diversidade da oferta de comércio e serviços junto às principais aglomerações urbanas do estado de São Paulo reforça os níveis de hierarquia urbano-regional já verificados pelo IBGE (2008), mostrando-se que, nesse quesito, não aconteceram mudanças estruturais significativas desde aquele levantamento. Isto é, ao longo do período investigado, os indicadores se mantiveram em um mesmo patamar para os principais núcleos da rede.

Os dados da **Tabela 10** revelam a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) com o maior grau de diversidade entre as aglomerações investigadas – que, aliás, é o nível mais elevado do país. A RMSP apresentou a totalidade das classes de comércio e 226 classes de serviços, de um total de 232 possíveis, no ano de 2016, chegando a um indicador do grau de diversidade da oferta de comércio e serviços em 0,979 para esse ano. O desafio é saber se serão bem aproveitados os seus ganhos de integração regional ou entre as demais áreas metropolitanas. Além do fato de que a relativa autonomia que esta unidade territorial metropolitana tem é única no que se refere ao acesso da população a uma imensa variedade de bens e serviços, o que só seria passível de comparação internacional.

Tabela 10  
Regiões metropolitanas e aglomerações urbanas do estado de São Paulo: grau de diversidade da oferta de comércio e serviços, 2006 a 2016

UT	Grau de diversidade da oferta de comércio e serviços										
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
AU Jundiáí	0,755	0,761	0,768	0,786	0,801	0,823	0,807	0,798	0,795	0,795	0,786
AU Piracicaba	0,798	0,823	0,823	0,820	0,820	0,829	0,841	0,826	0,817	0,823	0,826
RM Baixada Santista	0,859	0,875	0,881	0,902	0,908	0,905	0,896	0,884	0,881	0,878	0,869
<b>RM Campinas</b>	<b>0,887</b>	<b>0,905</b>	<b>0,890</b>	<b>0,890</b>	<b>0,890</b>	<b>0,899</b>	<b>0,902</b>	<b>0,905</b>	<b>0,896</b>	<b>0,896</b>	<b>0,896</b>
<b>ACP Campinas</b>	<b>0,884</b>	<b>0,902</b>	<b>0,887</b>	<b>0,890</b>	<b>0,890</b>	<b>0,890</b>	<b>0,899</b>	<b>0,905</b>	<b>0,893</b>	<b>0,890</b>	<b>0,890</b>
RM Sorocaba	0,838	0,841	0,844	0,838	0,856	0,869	0,865	0,872	0,865	0,865	0,865
RM VPLN	0,869	0,893	0,893	0,899	0,887	0,890	0,887	0,884	0,887	0,887	0,893
RM São Paulo	0,976	0,979	0,982	0,982	0,979	0,972	0,976	0,969	0,982	0,976	0,979

Fonte: RAIS/MTE, 2006 a 2016. Elaborada pelo CEDE.

Nota 1 - As Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas seguem o número oficial de municípios.

(12) A CNAE 2.0 identifica 95 classes pertencentes à seção de comércio e 232 classes relacionadas às seções de serviços, perfazendo um total de 327 classes nesses dois grupos de atividades. Desse modo, o grau de diversidade da oferta de comércio e serviços de cada núcleo urbano corresponde a uma fração desse total. O indicador varia entre zero e um, de modo que, quanto mais próximo de 1, maior o grau de diversidade da oferta das cidades investigadas. A análise resulta da premissa de que “quanto maior o número de classes de atividades presentes, maior a diversidade da oferta dessas atividades, e maior, conseqüentemente, a centralidade exercida pela cidade” (IBGE, 2008, s/n, grifos nossos).

(13) Considerou-se a ausência de classe aquelas que não apresentaram vínculos ativos formais no ano investigado.

Com efeito, a RMSP respondia por 61,2% do número de vínculos ativos nestas atividades, no ano de 2006, equivalente a cerca de 4,4 milhões de postos de trabalho. Já em 2016, eram 5,9 milhões de pessoas, ou 59,5% dos empregos no setor terciário do estado, um crescimento de 33,6%, durante o período investigado.

Inclusive, os dados da **Tabela 11** revelam que o crescimento destas atividades, em termos de empregos formais, foi mais intenso nas outras aglomerações investigadas, o que aponta para pequena desconcentração do emprego no setor terciário em relação à RMSP, dentro do período analisado. Chama a atenção também a queda verificada nos dois últimos anos da série (2015 e 2016) em todas as unidades investigadas, decorrente da severa crise econômica pela qual o país começava a passar desde aquele momento.

A RMC aparece em seguida com um grau de diversidade da oferta de comércio e serviços num patamar de 0,896, para o ano de 2016, o que coaduna com sua posição hierárquica na rede urbana de São Paulo, como segunda principal aglomeração do estado. Demonstra também a dimensão e a importância do setor terciário junto a este núcleo urbano, em que houve certa variação do indicador ao longo do período analisado. Noutra medida, nota-se que a RMC possuía grau de diversidade superior ao da ACP de Campinas (0,890), o que também evidencia uma dinâmica positiva em termos dos processos de aglomeração, com municípios fora do núcleo principal apresentando atividades não presentes no núcleo.

Tabela 11

Regiões metropolitanas e aglomerações urbanas do estado de São Paulo: crescimento relativo anual do número de vínculos ativos formais em atividades de comércio e serviços, 2006 a 2016

UT	Taxa de variação anual										Cresc. total
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
AU Jundiaí	11,6	8,1	6,8	9,7	7,9	3,4	4,3	2,5	-2,1	-2,0	61,8
AU Piracicaba	3,1	4,6	5,4	7,1	7,4	3,5	2,7	1,8	-1,0	-1,6	37,9
RM Baixada Santista	8,5	2,5	4,0	7,4	7,1	0,8	3,1	0,9	-2,5	-3,5	31,3
<b>RM Campinas</b>	<b>5,7</b>	<b>6,2</b>	<b>6,3</b>	<b>6,8</b>	<b>6,2</b>	<b>2,3</b>	<b>5,2</b>	<b>1,4</b>	<b>-0,8</b>	<b>-1,9</b>	<b>43,6</b>
<b>ACP Campinas</b>	<b>8,4</b>	<b>7,3</b>	<b>5,4</b>	<b>7,6</b>	<b>6,2</b>	<b>2,5</b>	<b>5,2</b>	<b>2,0</b>	<b>-0,8</b>	<b>-1,4</b>	<b>50,6</b>
RM Sorocaba	4,2	7,9	6,1	9,9	7,4	1,9	5,2	2,7	0,4	-2,3	51,9
RM VPLN	6,1	8,3	6,6	5,5	5,9	2,8	3,3	1,2	-0,4	-1,8	43,8
RM São Paulo	7,6	6,1	3,4	6,4	3,1	4,6	0,9	2,0	-1,7	-2,6	33,6

Fonte: RAIS/MTE, 2006 a 2016. Elaborada pelo CEDE.

Nota 1 - As Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas seguem o número oficial de municípios.

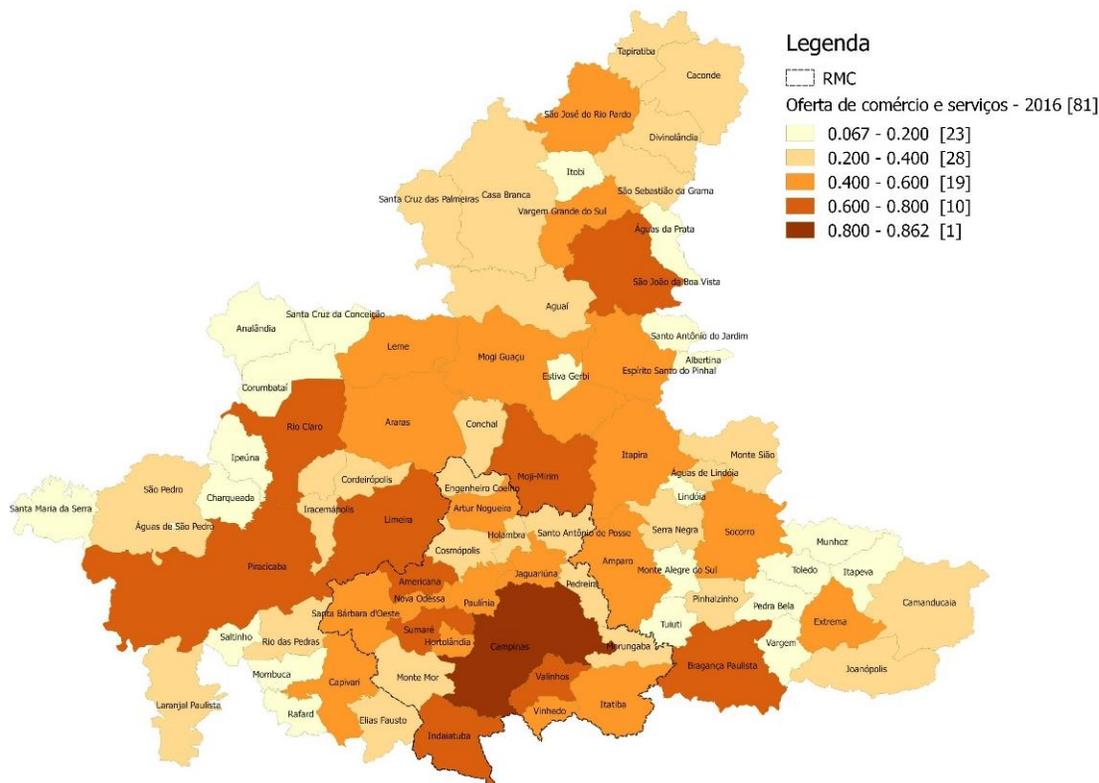
Contudo, diferentemente do grau de diversidade, o crescimento do número de empregos formais nestas atividades foi maior junto aos municípios da ACP de Campinas, mostrando que estes são, de fato, os núcleos mais dinâmicos dessa região. A RMC apresentou crescimento de 43,6% do número de vínculos ativos em atividades de comércio e serviços, entre 2006 e 2016, enquanto a ACP de Campinas cresceu 50,6%. Com efeito, a maior parte dos empregos formais em comércio e serviços da RMC então concentradas nos municípios da ACP de Campinas, que respondem por quase 95% dos vínculos ativos da metrópole campineira. Além disso, em 2016, a RMC respondia por 6,9% dos empregos terciários formais do estado de São Paulo. A ACP de Campinas também se destaca por ter apresentado o menor ritmo de queda do emprego nestes setores entre as unidades investigadas, no ano de 2016, com queda de 1,4% em relação ao ano de 2015.

As demais unidades territoriais analisadas apontam para o bom desempenho das aglomerações urbanas (AU) de Jundiaí e de Piracicaba, que apresentaram as maiores elevações nas cifras investigadas. A AU Jundiaí elevou seu grau de diversidade da oferta de comércio e serviços de um patamar de 0,755 em 2006, para 0,786 em 2016, enquanto a AU Piracicaba passou de 0,798 para 0,826, no mesmo período. A AU Jundiaí também apresentou o maior ritmo de crescimento do número de empregos formais, com aumento de 61,8%, durante o período analisado, elevando sua participação no total do estado, de 1,4% para 1,7%. Em seguida, aparece a RM de Sorocaba, com crescimento de 51,9% no mesmo período, passando de 2,8% para 3,1% do total do estado, de 2006 para 2016.

As informações sobre o grau de diversidade da oferta de comércio e serviços, complementadas com os dados de emprego formal nestes setores, para as principais aglomerações urbanas do estado de São Paulo, demonstram que desempenham funções semelhantes no que se refere à centralidade exercida em suas respectivas áreas de influência. Salienta-se, contudo, que os diferenciais de volume do emprego apontam para a ocorrência de dinâmicas econômica e demográfica distintas.

A este respeito, quando se observa exclusivamente os centros urbanos pertencentes à RIC, o indicador aponta para a posição relativa de cada cidade coincidindo com os níveis de hierarquia adotados para este trabalho. Com efeito, o município de Campinas desponta como o único desta região que apresentava grau de diversidade da oferta de comércio e serviços superior a 80% do número total de classes possíveis, com 0,862 no ano de 2016 (**Figura 2**). O dado reforça o papel central do núcleo desta rede, em que pese os efeitos do processo de aglomeração, no qual a ACP de Campinas e a RMC apresentaram indicadores ainda maiores, conforme já demonstrado.

Figura 2  
RIC: grau de diversidade da oferta de comércio e serviços, 2016



Fonte: RAIS/MTE, 2016. Elaborada pelo CEDE.

O município de Piracicaba (Capital Regional C), com grau de diversidade de 0,771, em 2016, aparece em segundo lugar neste quesito. Em seguida, aparecem Indaiatuba (0,713), Americana (0,706) e Limeira (0,700), sendo que os dois primeiros fazem parte da ACP de Campinas. Já o caso de Limeira, junto com Rio Claro (0,673), que aparece em seguida, reforça a posição dos Centros Sub-regionais dentro desta rede urbana. Destacam-se, ainda, entre os maiores indicadores os casos de Bragança Paulista (0,645) e São João da Boa Vista (0,621) – Centros Sub-regionais –, além de Valinhos e Sumaré, com 0,654 e 0,612, respectivamente, pertencentes à ACP de Campinas. Completa a lista dos casos com mais de 60% do total de classes de atividades terciárias o município de Mogi-mirim, com 0,615 para o ano de 2016, cuja classificação como Centro Local na hierarquia urbana indica para uma dinâmica diferenciada.

No outro extremo, foram identificados 51 municípios com indicador inferior a 0,400, dos quais sete faziam parte da RMC. Destacam-se, entre estes, sete municípios. Monte Mor, com um indicador de 0,339, Pedreira (0,388) e Cosmópolis (0,398), que fazem parte da ACP de Campinas. Os demais<sup>14</sup> foram classificados como Centros Locais, reforçando ainda mais o seu papel dentro da rede de cidades e da região metropolitana. Os menores valores foram encontrados para os casos de Albertina-MG e Mombuca-SP, com 0,067 em ambos os casos.

Já em termos do número total de vínculos ativos em atividades de comércio e serviços, dentro da RIC, os dados variaram de um mínimo de 279 postos de trabalho em Albertina-MG, e 339 em Toledo-MG, no ano de 2016, até 342,6 mil vínculos em Campinas, no mesmo ano (**Figura 3**). Nessa hierarquia, Piracicaba aparece como o segundo, com 79,9 mil postos de trabalho no setor terciário, sucedido por Limeira (49 mil), Americana (46 mil) e Indaiatuba (43 mil), respectivamente. Com efeito, os dados reforçam a distância de Campinas em relação aos seus pares, concentrando 30,9% dos empregos formais nesses setores, para o ano de 2016, com Piracicaba, em segundo lugar, respondendo por apenas 7,2%.

A **Figura 3** indica o sentido em que o emprego nestas atividades se distribui espacialmente por esta rede de cidades. Denota-se um eixo que parte de Campinas, em direção à Piracicaba, passando por Americana e Limeira, e subindo em direção à Rio Claro, Araras e Mogi Guaçu. Além destes, destacam-se, principalmente, o entorno de Campinas, como os municípios de Indaiatuba, Valinhos, Hortolândia, Paulínia, Sumaré e Santa Bárbara d'Oeste.

Reforça a análise os dados de variação do emprego formal durante o período analisado, tanto em termos percentuais como em variação absoluta. Se, por um lado, os dados analisados anteriormente apontam para a liderança dos principais núcleos da região, em termos da oferta de comércio e serviços, por outro, na **Figura 4** pode-se observar que a taxa de crescimento do emprego formal nestes setores foi maior nos municípios mais periféricos desta rede. Por sua vez, dentro da RMC, nota-se que o crescimento nos municípios situados no entorno de Campinas foi bem mais acelerado do que o do núcleo desta rede, demonstrando um movimento de desconcentração do emprego em direção aos demais municípios da região metropolitana.

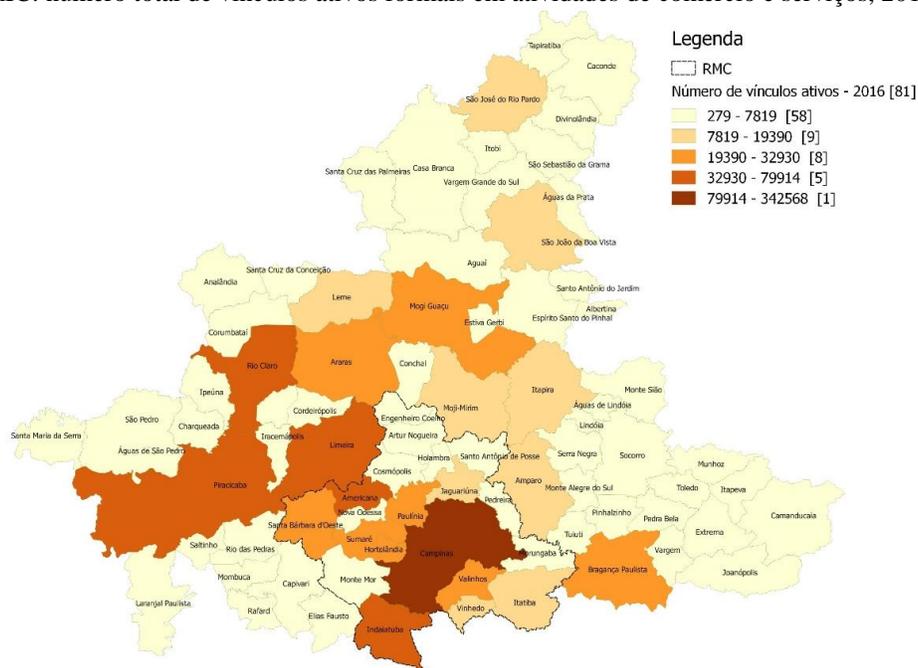
Verificou-se na RIC que cinco municípios tiveram redução do número de empregos formais no setor terciário, dentre os quais se destacam Morungaba e Santo Antônio de Posse, por pertencerem à RMC e, portanto, apresentarem dinâmica bastante diversa do restante da região metropolitana neste quesito. O caso de Morungaba chama a atenção pela extensão da queda, com redução de mais de 80% do número de vínculos ativos nestes setores, equivalente a uma perda de 16,6 mil postos de trabalho<sup>15</sup>. Monte Alegre do Sul

(14) Os Centros Locais que faziam parte da RMC registrados com baixo indicador de diversidade da oferta de comércio e serviços foram: Engenheiro Coelho (0,226), Morungaba (0,232), Holambra (0,327) e Santo Antônio de Posse (0,355).

(15) Uma investigação mais acurada sobre o caso específico de Morungaba revelou uma situação muito singular. A sua população, no ano de 2015, era estimada em apenas 12.934 pessoas, incompatível, portanto, com a cifra de 16 mil postos de trabalho a menos. O que se verificou é que empresas que atuam nos ramos de serviços de vigilância e de limpeza – típicas atividades terceirizadas – tinham seus funcionários alocados em estabelecimentos que eram registrados no município, embora operassem em outros lugares. Provavelmente, em Campinas ou São Paulo.

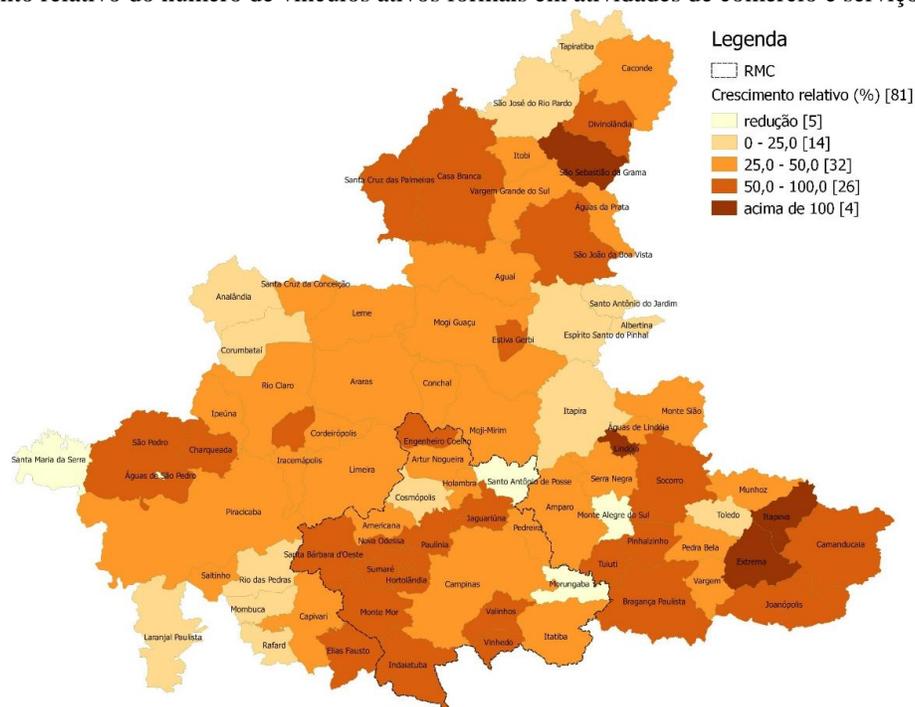
apresentou redução de 26,7% durante o período analisado, sendo sucedida por Santa Maria da Serra (-25,9%), Águas de São Pedro (-20%) e Santo Antônio de Posse (-6,2%).

**Figura 3**  
RIC: número total de vínculos ativos formais em atividades de comércio e serviços, 2016



Fonte: RAIS/MTE, 2016. Elaborada pelo CEDE.

**Figura 4**  
RIC: crescimento relativo do número de vínculos ativos formais em atividades de comércio e serviços, 2006 a 2016



Fonte: RAIS/MTE, 2006-2016. Elaborada pelo CEDE.

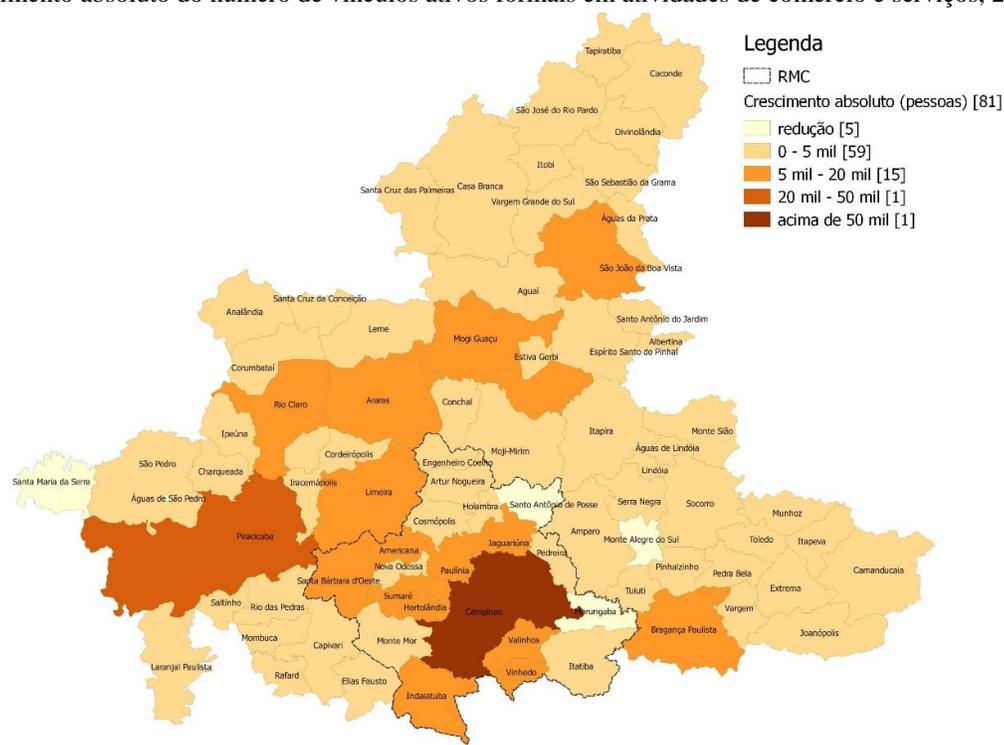
Em sentido oposto, quatro municípios apresentaram crescimento superior a 100%, mais do que dobrando o número de postos de trabalho nestes setores. Destaca-se o caso do município de Extrema, em Minas Gerais, com aumento de 131,9%. Em seguida, aparecem Lindoia-SP, com 120,6%, Itapeva-MG (113,8%) e São Sebastião da Gama-SP (104,5%). Outros 26 municípios apresentaram crescimento situado entre 50% e 100%, com destaque para os casos dos municípios metropolitanos, sob a liderança de Engenheiro Coelho (87,8%), Valinhos (84,3%), Indaiatuba (83,2%) e Monte Mor (79,3%).

As informações da **Figura 5**, no entanto, demonstram que, em termos absolutos, os maiores níveis de crescimento se dão nos principais núcleos desta rede de cidades. Com efeito, o município de Campinas apresentou um aumento de 104,2 mil postos de trabalho nos setores de comércio e serviços, entre os anos de 2006 e 2016, sendo tal aumento bastante superior ao das demais unidades analisadas. O município de Piracicaba, com o segundo maior crescimento, apresentou um acréscimo de 21,5 mil postos de trabalho nestes setores, no mesmo período. Em seguida, aparecem Indaiatuba (19,6 mil), Limeira (15,4 mil), Valinhos (13,7 mil), Sumaré (13,6 mil), Hortolândia (11,8 mil), Santa Bárbara d'Oeste (11,2 mil) e Paulínia (10,6 mil) completando o rol de municípios com crescimento superior a dez mil postos de trabalho nos setores de comércio e serviços.

Entre os municípios que tiveram perdas, o caso mais evidente é o de Morungaba, conforme já mencionado. Os demais foram cifras em torno de -322 vínculos ativos no caso de Águas de São Pedro-SP e -191 em Santa Maria da Serra-SP. A maior parte dos municípios teve crescimento situado na faixa entre zero e cinco mil novos postos de trabalho em algum desses setores. Neste grupo, o menor crescimento foi do município de Toledo-MG, com acréscimo de apenas seis novos vínculos ativos, enquanto o maior foi do município de Leme-SP, com 4,5 mil novos empregos.

Figura 5

RIC: crescimento absoluto do número de vínculos ativos formais em atividades de comércio e serviços, 2006 a 2016



Fonte: RAIS/MTE, 2006-2016. Elaborada pelo CEDE.

O levantamento empreendido nas seções anteriores, ao analisar o desempenho populacional e o nível de atividade econômica junto aos municípios pertencentes à área de influência de Campinas, além de se utilizar de alguns indicadores de centralidade, corrobora o sentido da hierarquia urbano-regional na área, tal qual identificado pela pesquisa *Regiões de influência das Cidades* (Regic), do IBGE. Com efeito, o esquema de distribuição da atividade econômica por esta rede urbana revela o papel de liderança da RM Campinas, ao mesmo tempo em que se destacam a forte integração e interação com os demais centros urbanos, que desempenham seus papéis em seus respectivos níveis de hierarquia. Configura, portanto, um quadro interno de divisão espacial do trabalho do qual todo o conjunto regional se beneficia, em que pese o alto nível de concentração econômica e demográfica em seu núcleo principal.

### **Considerações finais**

Nestas considerações finais, vamos resumir aqueles pontos que chamaram mais a atenção e que dizem respeito aos problemas e desafios relacionados aos aspectos estruturais do desenvolvimento metropolitano de Campinas e sua região.

Nota-se que há um nível de concentração da atividade econômica superior ao de outras regiões metropolitanas do país. Porém, o aspecto mais relevante aqui é o fato de que, em face do dinamismo e do volume de riqueza da região, a concentração econômica em Campinas não se traduz em maiores desequilíbrios internos. Pelo contrário, a dinâmica econômica da região parece se beneficiar do maior dinamismo de seu núcleo, correspondendo a um nível de integração e de divisão interna do trabalho mais equilibrado, caracterizando-se por uma rede urbana mais horizontalizada – isto é, com maior *complementaridade* entre as cidades – do que se verifica geralmente em outras regiões do Brasil, o que certamente tem a ver com aspectos relacionados à sua formação regional.

O fator regional mais problemático é o desempenho industrial, cujo recuo nos últimos dez anos acrescentou grau de heterogeneidade à economia campineira. O processo de “interiorização” da indústria no estado de São Paulo — especialmente a que se dirigiu para a região de Campinas — pode ter sofrido efeitos negativos associados tanto a problemas conjunturais como estruturais. As razões disso, parcialmente discutidas neste texto, relacionam-se a questões de dinâmica setorial: refuncionalização do uso e ocupação do solo em áreas rurais, continuidade da descentralização da indústria mais com descontinuidades importantes no tecido industrial da região e espalhamento das heterogeneidades do terciário associado às perdas e ganhos de empregos formais nos diferentes municípios.

Os dados da análise integrada indicam que o valor agregado regional, em termos do PIB, está cada vez mais determinado por atividades tipicamente urbanas, nos quais terá primazia os centros urbanos com maior diversificação na oferta de comércio e de serviços, para além das atividades industriais. Em tese, isso pode promover uma reestruturação econômica mais seletiva e pode modificar os padrões de uso e ocupação do solo: primeiro, tornando mais intensivo em termos de degradação ambiental e mais extensivo e precário em termos da inserção social através do emprego; segundo, ficando mais restrito quanto às atividades terciárias avançadas que detenham melhores condições logísticas de infraestrutura; e, terceiro, modificando a posição dos segmentos vinculados à propriedade do solo e à valorização do preço da terra (rural e urbana), isto é, fazendo com que uma parte dos municípios dependa mais (ainda que não apenas e tão somente) da geração de renda da terra.

Tais considerações são importantes porque, a partir delas, podemos vislumbrar alguns dos novos desafios que se apresentam para a região. Dado que a nova dinâmica urbana centrada em Campinas, visto o

grau de diversidade e de centralidade que este município exerce, fortalece o seu comando na rede urbana e pode extrapolar ainda mais os limites metropolitanos oficialmente definidos, aumentando a atratividade para o entorno do núcleo e reconcentrando a renda regional. Isso pode ter implicações sociodemográficas e socioeconômicas importantes à medida que avançar a divisão social e territorial do trabalho, ou seja, o nível das especializações e o grau de diversificação da economia que mobilizam pessoas, mercadorias e meios.

Finalmente, consideramos que, de modo geral, fica como hipótese, a ser explorada nos próximos números da série, que os processos de reestruturação econômico-espacial são mais decisivos nessa dinâmica do que supostos efeitos comumente associados a processos espontâneos de inovação aglomerativa regional<sup>16</sup>, a fim de caracterizar e justificar o desempenho do setor de serviços recentemente. Devendo-se observar ainda que processos de “inovação aglomerativa” num contexto de *desindustrialização precoce*,<sup>17</sup> se incentivados, são capazes de gerar efeitos ainda mais perversos e contrários aos pretendidos com a “interiorização” do potencial de crescimento industrial do estado.

### Referências bibliográficas

- ACCA, R. S. (2006). A dinâmica produtiva recente da metrópole paulista: das perspectivas pós-industriais à consolidação do espaço industrial de serviços. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 49, n. 1, p. 119-157.
- BALTAR, P.; SOUEN, J.; MELLO, G. (2017). *Emprego e distribuição da renda*. Campinas: Unicamp. IE, maio. (Texto para Discussão, n. 298).
- CANO; BRANDÃO (Org.) (2002). *A região metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente*. Campinas, SP: Ed. Unicamp. v. 1 e 2.
- CANO; BRANDÃO; MACIEL; MACEDO (Org.) (2007). *Economia paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005*. Campinas, SP: Alínea.
- CANO, W. (2014). *(Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento*. Campinas: IE/Unicamp, set. 35p. (Texto para Discussão, n. 244).
- FARIA, V. (1980). Divisão Social do trabalho, espacialização e crescimento urbano: o caso da macro-metrópole Paulista. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2, São Paulo: ABEP. *Anais...* p. 745-773.
- FUNDAÇÃO SEADE (2019). *Mapa da Indústria Paulista 2003-2016*. SEADE 40 anos. São Paulo, abr.
- IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR (2001). *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: desenvolvimento regional e estruturação da rede urbana*. Brasília: Ipea. v. 3.
- MIRANDA, H.; GOMES-JÚNIOR, E. (2017). Urbanización refleja: la emergencia de escalas urbanas intermedias en Brasil pos-1990. *Revista EURE-Revista de Estudios Urbano Regionales*, v. 43, n. 130.
- MIRANDA, H.; VIRGA, T. (2019). Reestruturação econômico-espacial da região metropolitana de Campinas (2000-2017): descentralização socioeconômica e concentração socioespacial. In: ENANPUR, 18, Natal-RN. *Anais...*

---

(16) Acca (2006) atribui o fenômeno ao movimento de sucessão regional na indústria paulista determinada pelas deseconomias de aglomeração devido aos elevados custos dos fatores de produção.

(17) Para saber mais, ver Cano (2014) e Sampaio (2015).

MIRANDA, H.; PORTO, L. R. et al. (2018). *A economia de Campinas e sua região 2000-2016: diagnósticos, problemas e desafios*. CEDE-NEPO/UNICAMP-AGEMCAMP, maio. Disponível em: [https://www.pdui.sp.gov.br/rmc/?page\\_id=755](https://www.pdui.sp.gov.br/rmc/?page_id=755). Acesso em: set. 2019).

PORTO, L. R.; SANTANA JÚNIOR, G.; NASCIMENTO, H. M. (2017). Rede urbana do estado da Bahia: o caso de Vitória da Conquista (BA). *RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 2, n. 37.

SAMPAIO, D. P. (2015). *Desindustrialização e estruturas produtivas regionais no Brasil*. Tese (Doutorado)–Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, SP.